

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MARIANA RODEIO CORDEIRO – DRE 114061182

ARRANJO PRODUTIVO LOCAL: ANÁLISE COMPARATIVA DO CASO DO PORTO
DIGITAL NO RECIFE E DO DISTRITO CRIATIVO NO RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO - RJ
2018

ARRANJO PRODUTIVO LOCAL: ANÁLISE COMPARATIVA DO CASO DO PORTO
DIGITAL NO RECIFE E DO DISTRITO CRIATIVO NO RIO DE JANEIRO

Trabalho de conclusão de curso para o Programa de
Graduação em Ciências Econômicas do Instituto de
Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
(IE/UFRJ).

BANCA EXAMINADORA

PROF. ORIENTADOR.: Marcelo Gerson Pessoa de Matos
PROF. Lia Hasenclever
PROF. Marina Honório de Souza Szapiro

RIO DE JANEIRO - RJ
2018

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade do(a) autor(a)

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo principal descortinar os fatores de sucesso de Arranjos Produtivos Locais (APLs) centrados em atividades intensivas em conhecimento e criativas associados à revitalização de zonas urbanas degradadas, a partir de uma análise comparativa do Porto Digital de Recife e a iniciativa do Distrito Criativo do Porto no Rio de Janeiro.

Inicialmente, contou-se com uma revisão da literatura com uma síntese de algumas abordagens recentes que exploram o fenômeno das aglomerações produtivas, que acabaram incitando a elaboração de toda uma nova geração de políticas industriais localizadas e modelos organizacionais na qual se insere a discussão contemporânea dos APLs e o que isso reverbera no surgimento de novas vivências sociais, culturais e econômicas

Esse estudo mostra que diferença de estágios entre a iniciativa da cidade do Recife e a iniciativa da cidade do Rio de Janeiro é notória. Nesse sentido, a comparação mostra que a primeira iniciativa se revela um caso de sucesso enquanto a segunda ainda apresenta muitos pontos a melhorar. O Distrito Criativo pode tornar-se uma iniciativa de sucesso se colocar em prática ações que levem o arranjo a trilhar caminhos parecidos ao que o Porto Digital traçou como abordado ao longo do trabalho.

Sumário

Introdução.....	8
Capítulo I - Uma breve revisão da literatura sobre economia regional.....	11
I.1 - Distritos Industriais Italianos.....	11
I.2 - Geografia Econômica	13
<i>I.3 - Millieux innovateurs.....</i>	15
I.4 - Uma perspectiva Institucionalista para o Desenvolvimento local.....	16
I.5 - A Teoria Neo-Schumpeteriana e a dimensão local.....	17
I.6 - Sistemas Regionais de Inovação	18
I.7 - Arranjos Produtivos Locais.....	20
I.8 - Revitalização de zonas urbanas através de atividades criativas e de TICs	23
I.9 - Conclusão	25
Capítulo II - O Porto Digital no Recife.....	27
II.1 - Um panorama da Indústria de Software.....	27
II.2 - O Arranjo Produtivo Local de TI do Porto Digital.....	28
<i>II.2.1 - Origem do APL.....</i>	28
<i>II.2.2 - Estratégia de desenvolvimento</i>	31
<i>II.2.3 - O Arranjo Institucional e a governança do APL.....</i>	33
<i>II.2.4 - Estratégia de atração de empreendimentos.....</i>	36
<i>II.2.5 - Fomento ao Aprendizado e à Capacitação produtiva e inovativa</i>	38
<i>II.2.6 - A Inserção do APL no território do Recife Antigo</i>	40
<i>II.2.7 - Desempenho e resultado.....</i>	41
Capítulo III - O Caso do Porto Maravilha e do Distrito Criativo do Porto no Rio de Janeiro.....	43
III.1 - Características das Indústrias Criativas.....	43
III.2 - Perfil do arranjo ou sistema produtivo e inovativo local.....	46
<i>III.2.1 - Construção Territorial</i>	46
<i>III.2.2 - Estratégia de desenvolvimento do Porto Maravilha.....</i>	52
<i>III.2.3 - Instituições de coordenação e infraestrutura</i>	53
<i>III.2.4 - A Estratégia do Distrito Criativo do Porto.....</i>	54
<i>III.2.5 - Estratégias no Campo habitacional e arquitetônico</i>	58
<i>III.2.6 - Desempenho e resultado.....</i>	59
<i>III.2.7 - Perspectivas para promoção do arranjo.....</i>	60

Conclusão	64
Referências.....	68

Índice de Ilustrações

Figure 1 A estrutura e o dinamismo de um Local Buzz e de Global Pipeline	14
Figure 2 Estrutura de governança do Porto Digital.....	33
Figure 3 Dinâmica de agentes no Porto Digital.....	35
Figure 4 Classificação os setores criativos.....	44
Figure 5 Evolução urbana da Região Portuária da cidade do Rio de Janeiro	48
Figure 6 Alguns exemplos de imóveis que corroboram para a relevância histórica na Região Portuária.....	50
Figure 7 Área da Operação Urbana Consorciada	51
Figure 8 : Fatores críticos	64

Introdução

A economia regional é o estudo, da diferenciação e inter-relação de áreas em um universo de recursos desigualmente distribuídos e imperfeitamente móveis, com ênfase no planejamento da aplicação de investimentos de capital social para mitigar os problemas sociais para minimizar os problemas sociais (SCHWARTZMAN, 1977).

O foco de análise, assim, deixa de centrar-se exclusivamente na empresa individual, e passa a incidir sobre as relações entre as empresas e entre estas e as demais instituições dentro de um espaço geograficamente definido, assim como a privilegiar o entendimento das características do ambiente onde estas se inserem.

Desse modo, é importante explorar algumas abordagens recentes que analisam o fenômeno das aglomerações produtivas, que acabaram incitando a elaboração de toda uma nova geração de políticas industriais localizadas e modelos organizacionais na qual se insere a discussão contemporânea dos Arranjos Produtivos Locais (APL's) e o que isso reverbera no surgimento de novas vivências sociais, culturais e econômicas.

Assim, com base na discussão de planejamento regional por intermédio de arranjos produtivos locais serão analisados os casos do Recife e do Rio de Janeiro em uma perspectiva comparativa.

Na cidade do Recife, constituiu-se a iniciativa do Porto Digital por meio do Arranjo Produtivo Local (APL) de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), uma rede colaborativa complexa, onde os agentes empreendedores se articulam com outros, interagem com seu ambiente e buscam produzir bens simbólicos. Tal Projeto resultou de uma iniciativa conjunta de acadêmicos, gestores públicos e agentes privados, já que esse trabalho em conjunto contribui para os resultados econômicos do arranjo segundo Silva (2014) *apud* (ALBUQUERQUE, LACERDA, 2017). Essa forma de governança torna a região atrativa para potencializar o processo inovador.

Dessa forma, o Porto Digital constitui-se em uma operação de requalificação urbana para recuperação de uma área que atravessava uma visível decadência de uma longa estagnação da economia pernambucana e o desenvolvimento de uma novo distrito de

negócios no Bairro de Boa Viagem, que impulsionou a emigração de inúmeros estabelecimentos da ilha (LACERDA e FERNANDES, 2015).

Já a cidade do Rio de Janeiro conseguiu concretizar um de seus antigos planos de reestruturação da área portuária, com a revitalização de sua orla e espaços públicos, inaugurada em 2016, juntamente às Olimpíadas e Paralimpíadas do Rio de Janeiro. O que contribui para essa revitalização foi a implementação da *Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha (OUCPM)* instituída em 23 de novembro de 2009, através da Lei Complementar 101/2009. Essa iniciativa recebeu destaque entre atores políticos, empresariado e sociedade civil após os resultados subótimos de uma série de projetos de proteção e regeneração que aconteceram desde meados da década de 1980, mas que nunca haviam conseguido o alinhamento necessário entre as esferas governamentais e o impulso para sua concretização, os quais as Olimpíadas trataram de trazer, devido à sua visibilidade e ao aporte de investimentos.

O objetivo principal do projeto era a promoção de ampliação, articulação e requalificação dos espaços livres de uso público da região portuária da cidade, com vistas à melhoria da qualidade de vida na região e à sua sustentabilidade ambiental e socioeconômica, com particular atenção à criação de pré-condições para o desenvolvimento de empreendimentos ligados à economia criativa. Portanto, parte do Plano de Políticas Públicas, a operação estabelece uma série de transformações em uma área de cinco milhões de metros quadrados vulnerável e degradada do centro do Rio, por anos negligenciada pelo poder público e olhada com desinteresse pelo mercado imobiliário.

Sendo assim, com base no suporte conceitual e teórico oferecido pela literatura sobre economia regional e arranjo produtivo local, o objetivo principal do trabalho é descortinar os fatores de sucesso de APLs centrados em atividades intensivas em conhecimento e criativas associados à revitalização de zonas urbanas degradadas, a partir de uma análise comparativa do Porto Digital de Recife e a iniciativa do Distrito Criativo do Porto no Rio de Janeiro.

Para isso, ele será estruturado em cinco seções. A primeira delas a introdução. A segunda, aborda uma breve revisão da literatura sobre economia regional. A terceira analisa o perfil do arranjo produtivo local do Porto Digital no Recife e, em seguida, na quarta seção,

explica o caso do Porto Maravilha e em mais detalhes o arranjo produtivo do Distrito Criativo localizado na zona portuária do Rio de Janeiro. Por último, uma seção de considerações finais sobre o estudo realizado.

Capítulo I - Uma breve revisão da literatura sobre economia regional

Do ponto de vista econômico, economia regional é o estudo da diferenciação e de inter-relação de áreas em um universo em que os recursos são desigualmente distribuídos e imperfeitamente moveis para Vinod Dubey et al. (*apud* SCHWARTZMAN, 1977). Contudo, vale enfatizar que não existe na economia regional uma abordagem teórica única, mas sim existe uma diversidade de visões que procura de alguma forma captar os fenômenos econômicos que acontecem no espaço. Assim, optou-se por identificar e sistematizar a produção teórica voltada para a discussão de espaços territorialmente contíguos inseridos em espaços nacionais sobre os quais há possibilidades concretas de intervenção e de levantamento de informações individualizadas.

Há bastante tempo é reconhecido que empresas com atividades semelhantes tendem a se localizar geograficamente próximas. Alfred Marshall (1916) já indicava três razões fundamentais para a formação de *clusters*: (1) a existência de trabalhadores especializados; (2) a provisão de *inputs* especializados; e (3) o fluxo rápido de conhecimento entre as empresas, que resulta em transbordamentos tecnológicos. A concentração geográfica de empresas atrai um maior número de consumidores do produto, pois estes economizam em esforços de deslocamento e tempo ao realizarem suas compras. Este foco é retomado por autores de diversas linhas de pensamento no período recente, sobretudo a partir do questionamento de qual é o papel do espaço local em um contexto de globalização.

Nas seções abaixo são exploradas algumas abordagens recentes que exploram o fenômeno das aglomerações produtivas, que acabaram incitando a elaboração de toda uma nova geração de políticas industriais localizadas e modelos organizacionais na qual se insere a discussão contemporânea dos APL's e o que isso reverbera no surgimento de novas vivências sociais, culturais e econômicas.

I.1 - Distritos Industriais Italianos

Uma das primeiras contribuições, no período recente, vem de autores italianos a partir da

análise das dinâmicas na região do país que ficou conhecida como Terceira Itália. Nesta região se desenvolveu uma nova organização da produção, baseada na aglomeração de pequenas e médias empresas, que passaram a despertar o interesse de estudiosos a partir da década de 1970 (BRUSCO e PABA, 2010). Entre os pesquisadores pioneiros que estudaram essas pequenas e médias empresas aglomeradas estão Piore e Sabel (1984), que defendem que esse modelo de organização poderia ser a resposta para a crise da produção em massa e para a superação do fordismo.

Surgiram inúmeras pequenas empresas localizadas em regiões específicas, que passaram a dividir as tarefas de uma mesma produção. Elas se estabeleceram em pequenas áreas definidas geograficamente, que se caracterizam por agrupar um grande número de pequenas e médias empresas especializadas em um tipo de produção dominante, e são conhecidas como distritos industriais.

Para Brusco (1992) os distritos podem ser definidos como um conglomerado de empresas que possuem uma relação particular entre si. Esse autor também ressalta que há um misto de competição e cooperação entre as empresas que compõem os distritos industriais, de forma que aquelas que desempenham a mesma atividade ou elaboram os mesmos produtos competem fortemente entre si, enquanto que as empresas que possuem atividades distintas no processo de produção, praticam uma relação de colaboração entre elas, principalmente no que diz respeito à inovação técnica e ao projeto do produto.

Pode-se destacar que o êxito e a eficiência desta organização industrial decorrem da dinâmica específica que há entre o sistema social local e o sistema produtivo, que tendem a fundir-se no interior do distrito e são baseados na confiança e na colaboração. A confiança possibilita que os empresários façam grandes investimentos, pois sabem que os outros membros da comunidade sempre comprarão os produtos que foram frutos do investimento, ao invés de comprarem em outra fábrica. Além disso, a confiança permite que os empresários troquem ideias sobre o negócio, informações comerciais e conhecimentos sobre processos técnicos. Nesse sistema é interessante para todos que os demais empresários permaneçam como parte da comunidade, pois a sua capacidade e a sua perícia são recursos importantes que beneficiam de alguma forma as demais empresas. Enfim, há a ideia de um crescimento coletivo, em que cada empresa se beneficia com o crescimento das demais

(SENGENBERGER ; PYKE, 1999).

Portanto, se destacam duas características dos distritos industriais. A primeira delas é que os distritos industriais estão organizados por um forte vínculo entre as esferas social, política e econômica, de forma que o êxito de cada uma delas está relacionado ao funcionamento e a organização das outras. A segunda delas é a capacidade que os distritos industriais possuem de responder rapidamente às demandas de produtos que se modificam constantemente, isso se dá devido à flexibilidade da mão de obra e das redes de produção.

I.2 - Geografia Econômica

Autores como Storper, Scott e Walker são apontados como importantes representantes dessa vertente. Já na metade dos anos 80, a teoria da nova geografia econômica, também conhecida por “Escola Californiana” de geografia econômica, se ocupava da problemática em torno do surgimento de um novo paradigma produtivo.

A partir da análise dos fatores que condicionam a competitividade e o desenvolvimento virtuoso de certos territórios, os autores desenvolvem o conceito de territorialização (STORPER, 1994):

(...) uma atividade é territorializada quando sua efetivação econômica depende da localização (dependência do lugar), e quando tal localização é específica de um lugar, isto é, tem raízes em recursos não existentes em muitos outros espaços ou que não podem ser fácil e rapidamente criados ou imitados nos locais que não os têm.

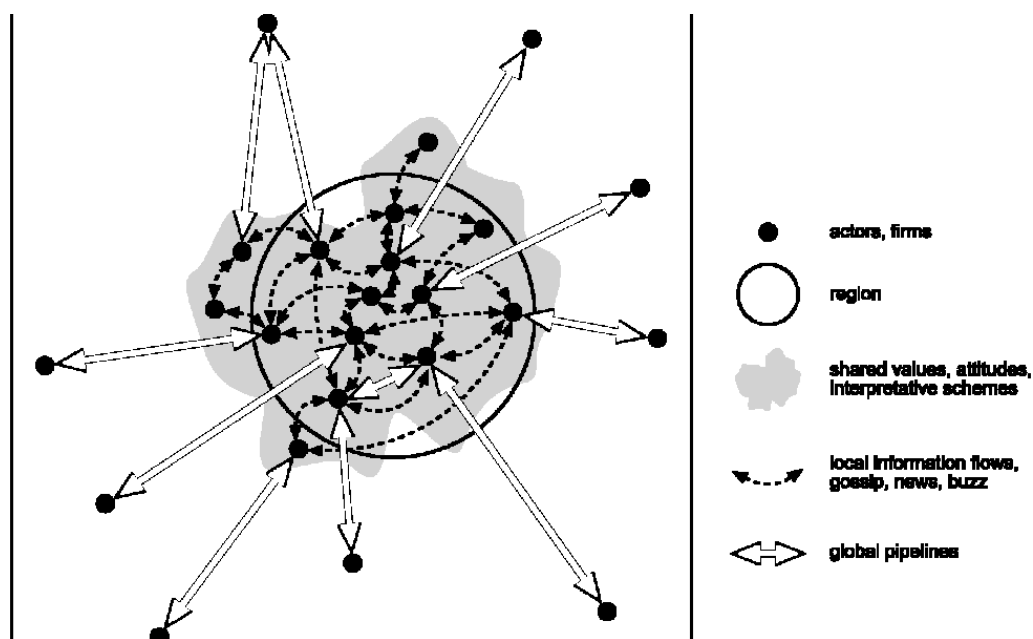
Os autores da geografia econômica irão defender que as mudanças recentes na organização industrial e nas estratégias empresariais demonstram que as formas de produção e difusão de conhecimento são mais complexas e simultaneamente apresentam cada vez mais uma orientação não-local, já que o desempenho da localização e sistemas de produção depende da combinação certa de transações locais e não locais e que o forte crescimento só pode resultar se os mercados externos estiverem ligados à produção grupo.

Benko (1995) e Scott e Storper (1988) apontam que a fragilidade mais significativa de abordagens que focam exclusivamente na esfera local é a pouca relação que estas

estabelecem com o contexto global e com o mercado internacional no qual as estruturas locais estão inseridas. É nesse sentido que Storper aponta que há uma necessidade de pensarmos o local na sua relação com outras escalas geográficas já que ele aponta que as economias locais são “as bases territoriais de partes das cadeias e não as localizações de espaços econômicos completos”.

A Figura 1 explicita, por um lado, porque as firmas podem ganhar competitividade ao ser co-localizado em um cluster com muitas outras empresas e organizações que estão envolvidas em tipos similares e relacionados de atividade econômica.

Figure 1 A estrutura e o dinamismo de um Local Buzz e de Global Pipeline



Fonte: Bathelt H, Malmberg A, Maskell P (2004)

Os canais de comunicação com o exterior são designados por Bathelt *et al.* (2004) como *pipelines* para obtenção de conhecimento não disponível ao nível local. Podem tomar a forma de parcerias estratégicas, comunidades de prática, projectos, participação em eventos temporários (feiras internacionais), etc. Bathelt *et al.* (ibid) afirmam que as redes distantes complementam as redes locais especialmente nos estádios iniciais da sua formação e até se atingir localmente um efeito de massa crítica; todavia, a manutenção e diversificação

das *pipelines* pode ser importante para evitar a rigidez e os designados efeitos de *lock-in* à medida que o *cluster* evolui para um estágio de maturidade.

Portanto, quanto mais as firmas de um cluster se envolvem, mais informações e notícias sobre mercados e tecnologias são "bombeadas" em redes internas e o dinamismo a partir do qual atores locais são beneficiados. Por causa de seu potencial para intensificar a interação local, as global pipelines apoiam a coesão de um cluster e fortalecer os processos internos de tradução entre atores de cluster.

Isso ocorre porque o estabelecimento e a manutenção de vínculos externos requerem tempo e esforços substanciais. Eles não são criados automaticamente e não continuam a existirem sem comunicação e interação regulares. Em geral, os processos de comunicação em pipelines globais são contingentes por natureza. Assim, instituições comuns e regras processuais estão estabelecendo passo a passo, sendo constantemente remodelado pela experiência.

1.3 - Millieux innovateurs

Essa abordagem foi elaborada por um grupo de pesquisadores europeus do *Groupe de Recherche Européen sur les Millieux Innovateurs (GREMI)*, criado em 1984 por Philippe Aydalot, que concebe, em linhas bem gerais, o meio como uma incubadora da inovação.

A ideia do Meio Inovador surge, então, na França no contexto de pesquisas relacionadas ao desenvolvimento regional com lógica territorial, sintetizando as mudanças estruturais ocorridas na década de 70 com a globalização às ideias de pólos de crescimento, tendo como base, principalmente, as análises da forma de produção na Terceira Itália. A perspectiva oferecida pelo GREMI coloca a região como principal unidade de análise e se propõe a estudar quais são as características locais necessárias para a formação de redes de relacionamento e geração de inovações.

Maillat é um dos principais autores dessa corrente e utiliza o termo *milieu* para representar uma entidade geográfica aberta ao mundo exterior. Esta possui seu próprio *know-how*, suas regras e um conjunto de conexões particulares. Outra ideia central para este tipo de análise é a de que a interação entre agentes não acontece apenas por meio de relações

formais ou trocas materiais. Assim, associações informais precisam ser levadas em conta.

Podemos afirmar, de acordo com Maillat, Quévit e Senn (1993), que meio inovador se constitui como:

[...] um conjunto territorializado no qual as interações entre os agentes econômicos se desenvolvem por meio da aprendizagem que eles fazem das transações multilaterais geradoras de externalidades específicas à inovação e pela convergência dessas aprendizagens em formas cada vez mais eficientes na gestão conjunta dos recursos.

Nessa citação ficam claros três aspectos que são essenciais para compreender essa abordagem. Em primeiro lugar o papel das interações dos agentes econômicos envolvidos no processo de inovação, segundo a relevância do processo de aprendizagem e, em terceiro, a imbricação entre os agentes e os processos de aprendizagem na geração de externalidades que são importantes à inovação.

Vale destacar que nos meios inovadores o grande destaque é a escala local. Assim, a perspectiva oferecida pelo GREMI coloca a região como principal unidade de análise e se dispõe a estudar quais são as características que os contextos locais precisam ter para servir como *locus* adequado para a formação de redes de relacionamento e geração de inovações (IGLIORI, 2001).

I.4 - Uma perspectiva Institucionalista para o Desenvolvimento local

Os autores dessa corrente sugerem que a proximidade geográfica desempenha um papel importante para a concretização de vantagens informais. Dessa forma, o esforço local concentra-se no desenvolvimento pelo lado da oferta, ou seja, através de investimento em educação e inovação, e a base institucional, que vai desde agências de desenvolvimento até organizações empresariais e organização política autônoma, para construir locais específicos em pontos representativos ou centros de vantagem competitiva dentro das cadeias globais de valor. Assim, uma cultura de inclusão poderia fomentar a criatividade econômica ao permitir que diversos grupos sociais despertassem seus próprios potenciais.

De acordo com Sunley (1996) et al. *apud* Amin (2000, p.48):

[...] de maneira mais específica, a economia institucional e evolutiva reforça a ideia que os vínculos de proximidade e associação constituem uma fonte de conhecimento e aprendizagem.¹

A agenda institucionalista gira em cerca de três pontos no seu programa político. Primeiro, confia em medidas tendências evolutivas de longo prazo, que tendem a ir além dos ciclos eleitorais. Segundo, propõe novas lógicas para substituir fé em fórmulas padronizadas aplicado mecanicamente para uma comunidade política irreflexiva. Terceiro, espera que os agentes políticos expandam significativamente suas perspectivas sobre os fatores que influenciam o sucesso econômico.

O fator crítico para o sucesso econômico não é a existência de relações locais de associação e progresso institucional, mas a capacidade da área de antecipar e responder as mudanças em circunstâncias externas. Em consequência, a gestão de conexões regionais mais amplas é mais importante que suas qualidades intrínsecas do lado da oferta.

I.5 - A Teoria Neo-Schumpeteriana e a dimensão local

Schumpeter é o precursor da abordagem neo-schumpeteriana, ao reconhecer a centralidade da inovação e da mudança tecnológica enquanto determinante das mudanças do sistema econômico. O seu entendimento da dinâmica capitalista de longo prazo, comandada por inovações tecnológicas, faz o sistema endogenamente instável e sujeito a crises. Schumpeter considerava que o processo inovativo era protagonizado pelas lideranças empresariais.

Considera-se como principal contribuição da teoria neoschumpeteriana para esse estudo ter compreendido não só elementos de mercado como também elementos institucionais de inserção da firma. O locus preferencial da inovação é a firma, porém uma firma contextualizada numa determinada estrutura de mercado, região e/ou país, com estratégias competitivas definidas, história e que, portanto, acumula experiências suas, conhecimentos seus, não só nos equipamentos, mas também em seus trabalhadores, técnicos, gerentes etc.

¹ Original: [...] de manera más específica, la economía institucional y evolutiva refuerza la idea de que los vínculos de proximidad y asociación constituyen una fuente de conocimientos y aprendizaje.

Fatores externos à firma influenciariam a introdução de inovações, como: a ação e natureza do Estado, a situação da área científica em cada país, as capacitações tecnológicas disponíveis, qualificações, condições ocupacionais, o financiamento das inovações e as tendências macroeconômicas.

As firmas aprenderiam não só com sua experiência, mas também com outras firmas com as quais partilham informação, conhecimento e tecnologias. Esse processo evolutivo é capaz de interferir na evolução das firmas, das estruturas industriais, de regiões e nações. A construção desses resultados, ou seja, cada trajetória pode ser explicada mediante dois conceitos-chave para a análise evolucionária Neoschumpeteriana: a busca e a seleção (NELSON e WINTER, 1982; DOSI, 1984).

A busca é um processo desencadeado dentro de cada firma para definir novos produtos, novos formatos organizacionais, novos processos, enfim, inovações que lhes garantam vantagens competitivas. Essa concorrência opera estabelecendo a seleção desses produtos e processos encontrados pela firma em um dado ambiente econômico, definindo quais tecnologias devem ser superadas e quais devem ser incorporadas. A inter-relação entre as decisões das firmas e a ambiência externa vai resultar numa dada dinâmica industrial; dinâmica esta que se diferencia por setores produtivos que possuem lógicas próprias de atuação nos mercados. Constituem-se, assim, as trajetórias de longo prazo, as quais são definidas pelas alterações e mudanças ligadas às decisões tecnológicas.

Portanto, na visão dos neoschumpeterianos, as fases de expansão do sistema estão associadas às grandes revoluções tecnológicas (PEREZ, 1985) e ao êxito de sua difusão, o que depende fortemente da capacidade institucional de perceber a transformação e promover as mudanças necessárias para que o sistema econômico e a sociedade aproveitem todas as suas vantagens. Já os períodos de depressão estão associados aos momentos de transição entre tecnologias, regimes tecnológicos ou paradigmas tecnológicos.

I.6 - Sistemas Regionais de Inovação

A partir de esforços de análise dos determinantes e características dos processos de inovação, Freeman (1987) e Lundvall (1988 e 1992) desenvolveram, no final dos anos 1980,

o conceito de Sistemas de Inovação. Em um primeiro momento, este referencial foi aplicado à dimensão nacional, buscando entender os determinantes das trajetórias mais ou menos virtuosas de desenvolvimento de diferentes países nas décadas anteriores.

O sistema nacional de inovação deve resultar de práticas concretas no nível da firma, bem como de redes de firmas, agências governamentais, universidades, laboratórios de pesquisa, sistema de financiamento (bancos), sindicatos, centros de treinamento, os quais devem associar-se, interagir a partir de objetivos delineados para agilizar o fluxo de informações necessário para promover os avanços tecnológicos e inovativos.

A partir do reconhecimento da centralidade do processo de inovação e do aprendizado, que permite aos atores adquirirem e mobilizarem o conhecimento relevante, diversas abordagens exploram a especificidade destes processos na esfera local/regional e suas implicações para o desenvolvimento territorial.

Por um lado, destaca-se o esforço desenvolvido na Europa de analisar um sistema nacional de inovações por um ângulo regional. Assim, de acordo com Lundvall (1992), o sistema regional de inovação (SRI) é conceituado em termos de uma ordem coletiva baseada numa regulação microinstitucional condicionada pela confiança, segurança, troca e interação cooperativa.

A questão central para o SRI é a existência de uma base produtiva que gere interação entre empresas, instituições e a organização da sociedade. Há fatores históricos que determinam as características específicas e o modo como se desenvolvem os sistemas regionais de inovação. Um fator fundamental para o fortalecimento de um SRI é a rede de geração de conhecimentos e informações (universidades, laboratórios, centros de treinamento) voltada para as necessidades das firmas e do sistema produtivo regional com o objetivo de promover inovações voltadas não só para a ampliação da competitividade, mas também compromissada com o preenchimento de elos faltantes nas diferentes cadeias produtivas e, garantir um adensamento produtivo com geração de postos de trabalho de qualidade (COOKE, 2001).

Enfim, o SRI depende das economias de aglomeração, da capacidade de potencializar as

externalidades positivas, da cooperação entre os agentes e das possibilidades de obtenção de financiamento. Em cada caso, as instituições responsáveis devem promover a avaliação de progressos e avanços obtidos, bem como as dificuldades que emperram tal avanço. Além disso, é importante considerar em que medida os sistemas regionais de inovação estão articulados ao sistema nacional, bem como aos processos/programas supranacionais de inovação.

I.7 - Arranjos Produtivos Locais

O conceito de APL tem sido muito utilizado na elaboração de políticas públicas, por atribuir grande ênfase às questões de desenvolvimento sustentável e protagonismo local. Desse modo, os APLs no Brasil vêm ganhando cada vez mais espaço como importante instrumento estratégico de desenvolvimento regional.

Conforme a definição proposta pela Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais (RedeSist/IE/UFRJ) (CASSIOLATO e LASTRES, 2004), arranjos produtivos locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais que apresentam vínculos mesmo que incipientes. Geralmente envolvem a participação e a interação de empresas e suas variadas formas de representação e associação. Incluem também diversas outras instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento.

A partir da experiência da RedeSist, os APLs demonstram o potencial do enfoque sistêmico como ferramenta analítica para compreender a dinâmica e importância de variados sistemas produtivos e inovativos do país. De forma que essa abordagem reforça o caráter local do desenvolvimento e da aplicação de inovações e contextualiza os processos de aprendizagem e capacitação. No estudo de APLs a capacidade inovativa é vista como resultado das relações entre os atores econômicos, políticos e sociais. Além de fazer necessária a ponte entre as dimensões micro, meso e macroeconômicas no estudo, como abordado em Cassiolato et al. (2005) e Cassiolato e Lastres (2008).

Os APLs estão baseados em conceitos que enfatizam significativamente os aspectos regionais e locais: aprendizado, interações, competências, complementaridades, seleção, *pathdependencies*, governança, etc. O aprendizado, considerado como fonte principal da mudança, baseia a acumulação das competências das empresas. Tais competências, por sua vez, são extremamente heterogêneas entre os diferentes agentes mesmo dentro de uma mesma atividade. Igualmente aponta-se para a importância dos estímulos aos diferentes processos de aprendizado e de difusão do conhecimento, assim como a necessária diversidade nas formas das políticas (CASSIOLATO ; LASTRES, 2004).

De acordo com Cassiolato e Lastres (2003), nos APLs há vários atores que se destacam, entre os quais: *i*) atores econômicos (clientes, parceiros e competidores; fornecedores de insumos, componentes, ou equipamentos; fornecedores de serviços técnicos); *ii*) atores do conhecimento (universidades e institutos de pesquisa); *iii*) atores de regulação (órgão gestor do APL, governos em seus vários níveis); e *iv*) atores sociais (sindicatos, associações empresariais, organizações de suporte e organizações).

Além disso, segundo Cassiolato e Lastres (2003) a formação de arranjos e sistemas produtivos locais encontra-se geralmente associada à trajetória histórica de construção de identidades e de formação de vínculos territoriais (regionais e locais), a partir de uma base social, cultural, política e econômica comum.

Castro (2009) aborda algumas características fundamentais dos APLs, tais como: território; especialização produtiva; aprendizagem e inovação; cooperação; e atores locais.

1) Território: o APL compreende um recorte do espaço geográfico que pode compreender parte de um município, um conjunto de municípios ou bacias hidrográficas e é passível de uma integração econômica e social no âmbito local.

2) Especialização produtiva: além de considerar a produção econômica em si, considera também o conhecimento que pessoas e empresas têm sobre a atividade exercida.

3) Aprendizagem e inovação: acontece quando há um intercâmbio sistemático de informações produtivas, tecnológicas e mercadológicas por meio de interação formal ou informal com outras empresas, por meio de cursos, feiras e eventos.

4) Cooperação: há cooperação produtiva e inovativa, que visa economia de escala e diminuir riscos, custo e tempo, dinamizando o potencial inovativo dos APLs.

5) Atores locais: são associações empresariais; centros tecnológicos; governos em todos os âmbitos; instituições de ensino e pesquisa; instituições de promoção de financiamento e crédito; organizações do terceiro setor; e prestadores de serviços.

Vale destacar que essa abordagem interpreta inovação como sendo um processo pelo qual as inovações incorporam conhecimentos na produção de bens e serviços que lhes são novos, independente de serem novos ou não para seus competidores domésticos ou estrangeiros.

Assim, o processo de inovação deixa de ser meramente um processo de mudanças radicais na fronteira tecnológica para passar a incluir todas as novas maneiras de produzir bens e serviços, desde que seja uma maneira nova da empresa fazer e que ela nunca tenha feito de tal forma. Essa visão contribui bastante para que micro e pequenas empresas também sejam incluídas nas políticas propostas de aprendizado e inovação.

Os APLs são constituídos por uma estrutura complexa devido ao número de atores e por um extenso processo colaborativo que exige grande interação. Isso faz com que se seja necessária uma estrutura de governança para que se tenha uma estrutura organizacional eficiente de gerenciamento. De acordo com (KAPRON, 2014, p.61):

A governança é o espaço de participação social e institucional no território do APL. Objetiva socializar as ações de cada instituição, definir, coordenar e planejar ações conjuntas. Sua composição é aberta à realidade do APL, sendo convidadas a participar todas as instituições que possuem alguma ação ou interface relevante ao APL, sejam públicas ou privadas, associativas ou representativas, de apoio à capacitação, com serviços, formação ou tecnologias.

Como os APLs necessitam possuir uma ativa divisão relacional de tarefas, a presença de práticas de governança auxilia no gerenciamento de possíveis conflitos oportunistas surgidos nas relações e na cooperação entre os agentes. A governança é reconhecida como um modelo de organização territorial dos relacionamentos variados que caracterizam os seus atores, públicos ou privados. De acordo com Casarotto Filho e Pires (2001) e Casarotto Filho

(2003), a agência de desenvolvimento pode ser um agente de desenvolvimento importante para articular todos os diversos atores. Essa agência é composta de instituições públicas e privadas que trabalham pelo desenvolvimento da região. Dessa forma, a governança exerce um papel fundamental para melhorar a interação entre as instituições inseridas no APL.

Diversas instituições que tem buscado apoiar políticas para APLs exercem papel estratégico na condução de políticas para o desenvolvimento local. Contudo, essas instituições enfrentam o desafio de promover a associação das diversas percepções que permeiam o pensamento dos gestores, tomadores de decisão, produtores e consumidores, dentro de um contexto com múltiplas faces. Esse desafio é minimizado quando se tem a consciência de que a questão do desenvolvimento regional exige políticas top-down conjugadas com políticas bottom-up, ou seja, deve-se perceber as partes sem perder de vista o todo.

Portanto, a análise baseada em noções de arranjos produtivos locais permite auxiliar na superação de problemas tratados por abordagens tradicionais que se mostram crescentemente insuficientes e até inadequadas. Em primeiro lugar, porque é importante levar em conta as especificidades dos rebatimentos locais das diferentes atividades. Em segundo lugar, porque a base de competitividade das empresas não se restringe a um único setor. Em terceiro lugar, porque visões restritas baseadas na classificação tradicional de setor não captam situações em que as fronteiras dos setores se encontram em mutação, tornando-se fluidas (MYTELKA; DELAPIERRE, 1997; *apud* CASSIOLATO; LASTRES, 2004, p.9).

I.8 - Revitalização de zonas urbanas através de atividades criativas e de TICs

Os projetos de intervenção nos *waterfronts* são sistematicamente utilizados pelos governos locais como uma ferramenta para vender a mais “nova” mercadoria capitalista: a cidade-espetáculo Smith (2002) e Harvey (1996). Em Barcelona, Buenos Aires, Cape Town, Sidnei ou Hong Kong, a área portuária funciona como vitrine publicitária em busca de consumidores locais e estrangeiros. É fato que Barcelona era uma cidade industrial e

portuária e estava perdendo completamente o seu lugar, porque esse lugar da indústria não estava mais se sustentando economicamente. A produção de amenidades em lugares desprestigiados do espaço urbano gera vantagens competitivas para a organização de megaeventos esportivos e culturais considerados estratégicos para consolidar sua posição na competição intermetropolitana (BORJA,1998).

Esses são exemplos de como a cultura tem ganhado destaque nas agendas internacionais de atores públicos nas últimas décadas principalmente no que se refere ao planejamento urbano e desenvolvimento econômico. Nessa perspectiva, a cultura deixa de ser um fator neutro e passa a ser parte decisiva na gestão de cidades, que passa por nova transformação para tentar se adequar à realidade das produções imateriais.

A ideia de cultura se torna diretamente vinculada à mobilização de um *star system* arquitetônico e à “conjunção de empreendimento urbano e investimentos culturais de porte industrial” (ARANTES, *et al. apud* WANIS, 2014) se torna forte elemento de atração de investimentos para a cidade.

Assim, conceitos como da economia criativa ganham significados e status de política pública reforçando a ideia de cidade-empresa-cultural, ressignificando o papel do estado no desenvolvimento da cultura. A Cidade Criativa faz da cultura uma grande pauta urbana, tornando-se uma ferramenta de mobilização de recursos econômicos para construir uma imagem de cidade “boa para os negócios” utilizando a cultura como fator decisivo para atração de investimentos e competição por eles.

Como aponta Landry et al. (*apud* Jesus, 2017):

[...] uma cidade criativa precisa reunir três elementos básicos: a cultura – a identidade da cidade e a imagem que projeta para seu futuro –; a comunicação – meios físicos e tecnológicos para aproximar habitantes e mitigar conflitos –; e a cooperação para a aceitação explícita da diversidade, estimulando-se a abertura mental, a imaginação e a participação pública em soluções potenciais dos problemas urbanos.

Tal economia abarca setores como o artesanato, a moda, as indústrias culturais clássicas – do audiovisual, da música e do livro – e as indústrias dos *softwares* e dos jogos eletrônicos Miguez et al. (*apud* Jesus, 2017), bem como patrimônio material e imaterial, o *design*, a arquitetura e as artes do espetáculo.

Desse modo, conclui-se que é na adoção de políticas culturais como política voltada para economia criativa que as questões econômicas ganham papel central na sociedade contemporânea brasileira e, para, além disso, como os megaeventos com sede no país tem sido o motor para a inserção da economia não apenas no planejamento urbano, mas também na cultura, em uma tríade cultura-economia-cidade, sem que, no entanto esses três aspectos sociais tenham o mesmo poder, quando não, autonomia.

I.9 - Conclusão

Como apresentando na introdução, o objetivo desse trabalho é "Descortinar os fatores de sucesso de APLs centrados em atividades intensivas em conhecimento e criativas associados à revitalização de zonas urbanas degradadas, a partir de uma análise comparativa do Porto Digital de Recife e a iniciativa do Distrito Criativo do Porto no Rio de Janeiro".

Para isso, a literatura acima relatada apresenta fatores críticos que merecem ser evidenciados. São eles: misto de competição e cooperação; colaboração, principalmente no que diz respeito à inovação técnica e ao projeto do produto; dinâmica específica que há entre o sistema social local e o sistema produtivo, que tendem a fundir-se no interior do distrito e são baseados na confiança e na colaboração; forte vínculo entre as esferas social, política e econômica; flexibilidade da mão de obra e das redes de produção; territorialização; local na sua relação com outras escalas geográfica; *pipelines*; parcerias estratégicas, comunidades de prática, projetos, participação em eventos temporários (feiras internacionais), etc.; características locais necessárias para a formação de redes de relacionamento e geração de inovações; *know-how*, suas regras e um conjunto de conexões particulares; associações informais; interações; aprendizagem; imbricação entre os agentes; mobilização a partir os atores que já estão instalados ali para estabelecer um plano mais colaborativo; trajetória histórica de construção de identidades e de formação de vínculos territoriais.

Vale destacar que essas dimensões críticas apontadas pela literatura servirão de base para a análise realizada nos próximos capítulos, em perspectiva comparativa, sobre os APLs do Porto Digital e do Distrito Criativo do Porto.

Capítulo II - O Porto Digital no Recife

Em Pernambuco, constituiu-se por meio do APL de TIC, denominado Porto Digital, uma rede colaborativa complexa, onde os agentes empreendedores se articulam com outros, interagem com seu ambiente e buscam produzir bens simbólicos. O objetivo desse capítulo é, então, discutir o APL do Porto Digital.

Para isso, ele será estruturado em cinco seções. A primeira delas mostra um panorama da indústria de TI. A segunda, abordará o arranjo em si começando pela origem do APL, depois estratégia de desenvolvimento, arranjo institucional e governança do APL, estratégia de atração de empreendimentos, em seguida uma parte falando sobre fomento ao aprendizado e à capacitação produtiva e inovativa, seguido por inserção do APL no território do Recife Antigo, e, por último desempenho e resultado.

II.1 - Um panorama da Indústria de Software

É importante entender a dinâmica da indústria em que esse APL está inserido. Como já mencionado anteriormente, a indústria foco desse arranjo é a tecnologia da informação. De acordo com Castells (1999) e Hamel e Prahalad (1995), pode-se adotar a seguinte divisão setorial do que seria a indústria de TI: eletrônica de consumo; eletrônica profissional; conteúdo de informação; telecomunicações; hardware; software e internet. Contudo, deve-se lembrar que as fronteiras entres esses diversos ramos são movediças.

Além de suas características mutáveis e permeáveis, a indústria de TI passa por um processo de expansão. Vale destacar que os dados levantados pela *International Data Corporation* (IDC) revelaram que a indústria de TI está crescendo 27% mais rápido do que o produto global. A indústria global de TI cresceu 40%, ou US\$ 526 bilhões, entre 1992 e 1997, tornando-se uma indústria de US\$ 1,8 trilhão em 1997. Em comparação, o produto global agregado cresceu em média 5,5% no mesmo período.

Merece amplo destaque o crescente (e preocupante) distanciamento entre as quantidades demandada e a ofertada de mão de obra necessários à expansão da indústria brasileira de software e serviços (IBSS) nos médio e longo prazos.

Assim, as companhias devem considerar todos os agentes envolvidos no sistema, que,

de alguma forma, contribuem para a criação de valor econômico. A empresa deve trabalhar em alianças estratégicas para atrair complementares, buscando atingir o padrão de mercado. Com isso, conseguirá atrair os consumidores, e excluir os competidores.

As estruturas da indústria estão em contínua transformação, de tal forma que o crescimento é afetado por mudanças nas tendências demográficas, nas necessidades sociais, na posição de produtos substitutos e complementares, na natureza do produto, etc. A evolução tecnológica, por sua vez, resulta da interação entre uma série de elementos, tais como mudanças de escala, aprendizagem, redução da incerteza, padronização e difusão da tecnologia.

Entre os anos de 1998 e 2007 a indústria de software recebeu grandes investimentos, especialmente em atividades inovativas, quando comparada à média da indústria nacional. Vale destacar que os gastos com P&D no setor são bilionários (KUBOTA, 2009).

Estes investimentos na ampliação da capacidade produtiva e na aquisição e desenvolvimento de novas tecnologias são determinantes para o desenvolvimento “endógeno” das firmas desses setores e pode ser evidenciado pelo aumento do faturamento das mesmas.

II.2 - O Arranjo Produtivo Local de TI do Porto Digital

O Porto Digital é resultado do esforço de coordenação entre meio acadêmico, empresas e governo cujo objetivo é inserir a indústria da tecnologia da informação na matriz econômica do Estado de Pernambuco. Sendo assim, é importante entendermos o perfil desse arranjo destacando qual é a história desse território, que características competem a cada ator envolvido, qual é a estratégia de desenvolvimento adotada, que instituições apoiam o APL para coordenação das ações e para fornecer infraestrutura e como tem sido o desempenho e resultado.

II.2.1 - Origem do APL

O Porto Digital deu seus primeiros passos ainda na década de 80 com a formação de mestres em informática pelo Centro de Informática (CIn/UFPE) (CALHEIROS, 2009). Muitos professores decidiram cursar doutorado no exterior, mas decidiram que voltariam para a cidade do Recife. Este processo foi liderado pelo professor Silvio Meira e visava transformar Recife em um centro de excelência em formação de capital humano.

Silvio Meira em conjunto com outros professores foram responsáveis pela criação do Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (C.E.S.A.R). O objetivo inicial dessa organização era funcionar como interface da universidade com o mercado. Assim, os projetos nela desenvolvidos eram orientados para o desenvolvimento de tecnologia de ponta a partir da base de conhecimento desenvolvida por aqueles que foram fazer mestrado no exterior. As atividades do C.E.S.A.R começaram em 1996 com o foco de desenvolver empreendimentos inovadores.

Com isso, a organização foi responsável por despontar empreendimentos como o Banorte e o Bompreço, grupos locais que fizeram seus diferenciais competitivos pautados no uso de tecnologias da informação. Assim, O Banorte foi um dos primeiros bancos a ter a assinatura dos clientes em todas as agências, tornando o cliente consumidor do banco e não de uma determinada agência e o Bompreço demandou soluções de logística para a grande rede de supermercados e os principais fornecedores foram multinacionais que atuavam em Recife na época: Burroughs e IBM.

Contudo, mudanças macroeconômicas ocorridas ao longo da década de 1990 levaram a venda tanto do Banorte quanto do Bompreço. Essas vendas contribuíram para a falta de demanda por atividades ligadas ao lazer gerado no bairro. Aquelas empresas que eram ancora do mercado pernambucano no setor desapareceram deixando um legado de uma grande quantidade de pequenos empreendimentos da área de TI. Como já mencionado no panorama da indústria de TI, a década de 1990 foi marcada por uma crescente demanda por profissionais capacitados na área de TI tanto no Brasil quanto no estrangeiro, estimulando que o capital humano capacitado pela universidade de Pernambuco escoasse para outras localidades. Por um lado, isso poderia representar uma métrica de sucesso para a universidade já que evidenciava o alto padrão de ensino da instituição. Por outro lado, era um grave problema para o estado pois o conhecimento necessário para continuar criando

empreendimentos inovadores estava escoando (CALHEIROS, 2009).

Dessa maneira, a crise econômica que desarticulava a economia pernambucana juntamente com o crescimento extraordinário da indústria abria espaço para novas oportunidades no circuito produtivo da tecnologia da informação.

No entanto, era necessário uma estratégia de consolidação desse setor o que fez com que fosse institucionalizado que tudo que fosse relacionado ao setor de informática seria tratado no projeto chamado Porto Digital.

Desse modo, em 2000, o Governo do Estado de Pernambuco lançou o Projeto Porto Digital com vista à criação e instalação de um polo de TIC, ao qual, posteriormente (2010), somaram-se empresas de Economia Criativa (EC). O Projeto foi implementado no Bairro do Recife Antigo, tendo em vista a disponibilidade de vários imóveis históricos abandonados que estavam sem funcionalidade socioeconômica, mas eram providos de alguma infraestrutura. O Projeto Porto Digital visa, então, além da atração de empresas de TIC, a revitalização do bairro. Para isso, foi construído um aparato jurídico de *normas indutoras*, como a concessão de benefícios fiscais do Imposto sobre Serviço (ISS) e Lei de Incentivo à Ocupação do Solo. Assim, é possível capitanear o processo de recuperação de bens imobiliários patrimoniais abandonados, atendendo, em princípio, a *interesses públicos* (geração de emprego e renda, desenvolvimento tecnológico e revitalização do patrimônio histórico) (ALBUQUERQUE, LACERDA, 2017).

O Porto Digital tinha como objetivo “aproveitar uma região atrativa para a inovação e estimular mudanças econômicas e sociais para gerar mais riqueza, emprego e renda no Estado de Pernambuco” como o próprio site institucional apresenta. Segundo as autoras Lacerda, Fernandes, 2015, p. 337-338 *apud* (ALBUQUERQUE, LACERDA, 2017, p.7).

[...]o parque foi concretizado oficialmente no ano 2000, quando também foi criado seu órgão gestor (o Núcleo de Gestão do Porto Digital – NGPD), após investimento da ordem de R\$ 33 milhões do Governo do Estado “para implementação de infraestrutura e condições necessárias para a sua operação”, voltada à criação de “um ambiente propício à inovação e melhoria da competitividade das empresas, além de atrair grandes empresas e investidores para

o Porto Digital” (<http://www.portodigital.org>). A iniciativa contou também com apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), por meio do primeiro edital de parques tecnológicos (Edital Finep 04/2002, Chamada Parques Tecnológicos, cujos projetos aprovados incluíram os parques de Belo Horizonte, Campinas e Florianópolis, além do de Recife). Do conjunto de investimentos realizados, resultou um espaço dotado de “oito km de fibra ótica de alto rendimento (*performance*) instalados e 26 km de dutos, tornando a região uma das mais modernas do país”, segundo a Prefeitura do Recife.

O Poder Público Municipal criou a Lei nº 16.731, de 2001 para dar apoio financeiro as empresas que se instalem no bairro. Essa lei apresenta alguns requisitos definidos em regulamento que as empresas deveriam cumprir para estarem habilitadas a receber o apoio financeiro. De acordo com Recife (2001), os requisitos são:

- I - Instalar-se no âmbito do Plano de Revitalização do Bairro do Recife;
- II - Promover inovação tecnológica no produto, processo ou serviço;
- III - Participar de programa de qualidade devidamente certificado por entidade credenciada para tal;
- VI - Gerar empregos para mão-de-obra especializada local.

Como apresentado por Calheiros (2009) o Plano Estratégico do Porto Digital era constituído em 08 fases:

- i. povoar o Bairro do Recife Antigo;
- ii. fortalecer as empresas embarcadas;
- iii. fomentar novos empreendimentos;
- iv. implementar políticas de responsabilidade social;
- v. administrar a credibilidade e reputação da marca;
- vi. acessar mercados;
- vii. modelar negócios relacionados ao segmento
- viii. estimular a cooperação entre as empresas.

II.2.2 - Estratégia de desenvolvimento

Segundo Berbel (2008), o Porto Digital foi estruturado em três estágios de acordo com Marcos Suassuna (Consultor e membro do conselho administrativo do Núcleo de Gestão do Porto Digital (NGPD)).

O primeiro deles seria o estágio de “Existência: Lançamento da estratégia e a criação do polo”. Nele o desafio principal era ganhar a aceitação dos principais agentes envolvidos, são eles: governo local, companhia de TIC, as instituições acadêmicas, sociedade IPHAN, entre outros. Esse estágio primeiro estágio representava o lançamento da estratégia e a criação do polo. Ele compreendeu os dois primeiros anos do projeto e esteve relacionado ao investimento em infraestrutura como investimento na aquisição de prédios, recuperação da SECTMA, vinda do C.E.S.A.R, implementação da rede de fibra ótica que na época era fundamental para o modelo de conexão vigente e criação do Instituto Tecnológico de Pernambuco (ITEP) . Esse instituto ficou responsável por coordenar as atividades iniciais do Porto Digital com relação a administração, plano de desenvolvimento urbano e incentivos fiscais e financeiros.

Após a estruturação do Porto Digital, nos anos seguintes, foi iniciado o segundo estágio “Sustentabilidade: Consolidação da marca Porto Digital e busca da sustentabilidade financeira”, cujo objetivo era a consolidação da marca Porto Digital e a busca da sustentabilidade financeira da mesma. Assim, foi uma etapa de comunicação intensa com todas as partes interessadas e interação entre as empresas e entre as organizações. Foi nesse período que grande parte das empresas se mudaram para o bairro de Recife Antigo . No fim de 2006, as organizações âncoras já estavam estabelecidas e estavam inseridas em redes internacionais importantes. Já havia mais de 100 empresas instaladas no polo, gerando cerca de 3.500 postos de trabalho e ocupando uma área de 30.000 metros quadrados.

A partir disso, a etapa seguinte de consolidação do Porto Digital seria de definição de novos desafios e o desafio de continuar a crescer, ou seja, uma fase de “criar musculatura” como foi dito por Edumundo Godoy presidente da Assespro Pernambuco. Assim, a terceira etapa ficou conhecida como “Sucesso: Definição de novos desafios e o desafio de continuar a crescer”. O sucesso no projeto foi confirmado com o reconhecimento de maior parque tecnológico do país com o prêmio concebido pela ANPROTEC, com publicações internacionais tais como a da Associação Internacional de Parques Tecnológicos (IASAP)

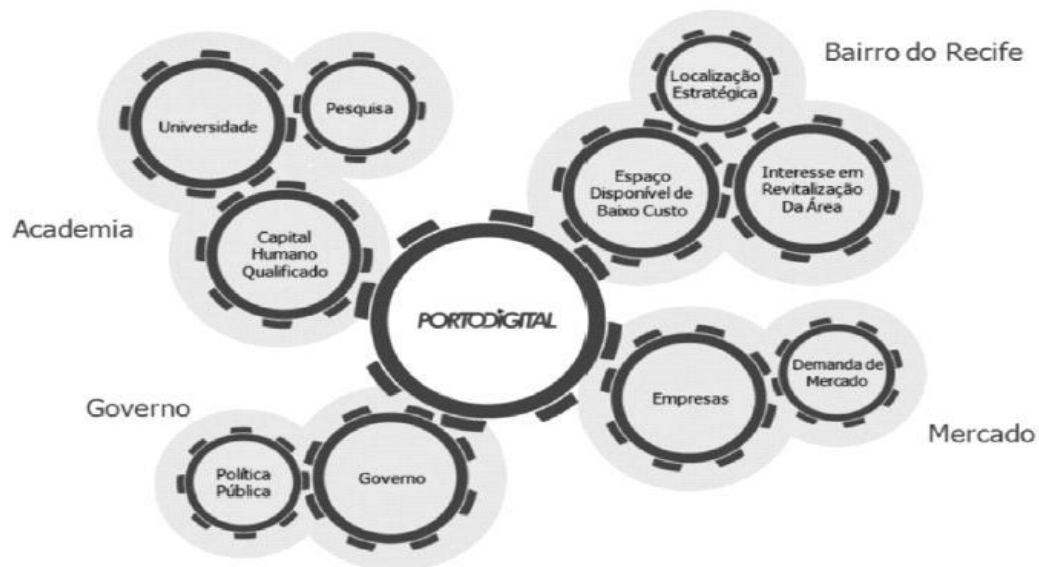
que no primeiro volume da série *Learning by Sharing* destaca o Porto Digital como referência, na pesquisa da *Global Services Media* de 2009 o Recife foi classificado como 6º lugar *ranking* das 10 cidades emergentes do mundo que se destacarão nos próximos anos no mercado de *outsourcing* e na revista americana *Business Week* o Porto Digital ganhou destaque como um dos parques mais inovadores do planeta.

II.2.3 - O Arranjo Institucional e a governança do APL

O APL surge da articulação de caráter empreendedor de vários atores, tais como o governo do Estado de Pernambuco; o CESAR; CIn/UFPE; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), e empresas privadas do setor de base tecnológica da região.

A articulação de caráter empreendedor de vários atores é evidenciado na Figura 3 baixo.

Figure 2 Estrutura de governança do Porto Digital



Fonte: Porto Digital, 2012

A academia entra com o aporte de pesquisa para desenvolvimento de inovações no setor e com mão de obra qualificada.

Enquanto, as empresas buscam manter em seu quadro pesquisadores oriundos da universidade com cursos de mestrado e doutorado especialistas em determinados assuntos de alto valor para o setor e com experiência nas suas áreas de atuação. Desse modo, atuam como demandantes de mão de obra formada pelas universidades. Além disso, são os fornecedores de produtos e serviços da área de TIC para a sociedade que consome.

Já a localização no Bairro do Recife é por motivos estratégicos e dentre eles está o baixo custo e a necessidade de revitalização da área mais antiga da cidade do Recife.

Por sua vez, o governo estadual também tem um papel de consumidor de produtos e serviços oferecidos pelo Porto Digital por intermédio de suas secretarias. Exemplo disso é a implantação de computadores nas escolas que não estavam sendo utilizados pelos alunos da melhor forma possível, ou seja, ao invés de estarem usando para atividades de fins educacionais, os alunos entravam no Orkut, MSN, jogos, entre outros. Assim, a secretaria de educação procurou o NGPD para que fosse possível promover uma solução para este problema. O NGPD, como mediador, articulou diversas empresas no setor de jogos e através de um consórcio com seis empresas desenvolveram a Olimpíada de Jogos Educacionais que é um jogo educacional voltado para os alunos do ensino fundamental e ensino médio que procura desafiar os alunos com enigmas e curiosidades aprendidas em aula. Isso faz com que os alunos interajam mais com os professores e assimilem melhor a matéria ensinada em sala de aula, contribuindo para incentivar o interesse deles pela escola.

Na Figura 4, fica evidenciado a grande maioria das instituições que atuam de alguma forma no Porto Digital mostrando o que cada esfera fornece para a APL e o que elas recebem como benefício por estarem inserida nele.

Figure 3 Dinâmica de agentes no Porto Digital



Fonte: Porto Digital (2011)

O Porto Digital é gerido desde 2000 por uma organização social privada sem fins lucrativos, o NGPD, que atua mediante um contrato de gestão com o governo do estado de Pernambuco. O NGPD é responsável pela qualidade da infraestrutura e de serviços e pela atração de recursos, além disso, incentiva a revitalização do bairro do Recife Antigo. Outra atribuição dessa organização é administrar o Centro Apolo de Integração de Suporte, que é uma incubadora de empresas de TIC.

É importante destacar o papel de outras instituições relevantes para o Porto Digital. Por exemplo, o Softex Recife, que foi criado com o objetivo de tornar o Brasil um exportador de software. Assim, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) junto com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) criou o programa Programa Nacional de Software para Exportação (SOFTEX 2000). O foco desse programa era fomentar e apoiar a inovação e o desenvolvimento científico e tecnológico. Dessa forma, foram criados agentes regionais em diversas regiões do Brasil inclusive a unidade em Pernambuco.

Outra instituição relevante é a Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação Software e Internet (Assespro Nacional). Ela está presente em diversos estados do Brasil e o objetivo central é defender o interesse das empresas que desenvolver software. Assim, a Assespro acaba atuando como representante das empresas que estão inseridas no Porto Digital (BERBEL, 2008).

O C.E.S.A.R é um instituto privado de pesquisa sem fins lucrativos fundado em 1996 por um grupo de professores pertencentes ao CIn/UFPE. Como já mencionado, o C.E.S.A.R é de extrema relevância para a constituição do Porto Digital e desenvolve projetos que utilizam tecnologia da informação e comunicação (TIR) e atua como peça chave para parceria entre empresas e universidades. Além disso, o centro tem o papel de incubadora de empresas. Assim, dá suporte as empresas na fase embrionária para que depois elas possam atuar de forma independente. Vale destacar que o C.E.S.A.R tem parcerias com renomadas instituições nacionais como a Universidade federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Instituto Tecnológico (ITA) e Universidade federal da Paraíba (UFPB) e internacionais como a Universidade de Stuttgart.

II.2.4 - Estratégia de atração de empreendimentos

Para atrair essas empresas, o NGPD busca constituir um ambiente propício para o desenvolvimento. Dessa maneira, busca criar atributos intangíveis e tangíveis para a região ficar mais atrativa como o próprio site institucional apresenta.

Dentre os atributos intangíveis destacados no próprio portal do Porto Digital, encontra-se:

- Direito de uso da marca “Empresa Embarcada no Porto Digital” na realização de ações promocionais e comunicação da empresa
- Suporte na promoção de ações estratégicas da empresa a partir dos canais de comunicação do Porto Digital (site, facebook, twitter, newsletter, etc)
- Atividades e eventos de integração e aproximação com clientes, fornecedores e parceiros

- Atividades e eventos de fomento a realização de negócios e conexão com mercados estratégicos
- Proximidade com outras empresas e instituições de base tecnológica

Enquanto dos atributos tangíveis que o Porto Digital fornece para seus agentes, destaca-se:

- Infraestrutura de salas para reuniões e treinamentos, auditórios e galerias
- Laboratórios e estúdios de alta tecnologia para economia criativa
- Redução do ISS .– as empresas instaladas no Porto Digital e que atendam os requisitos previstos na lei de incentivo e redução de ISS, usufruem o benefício concedido pela Prefeitura do Recife, que consiste na redução de 60% do tributo. Com esse desconto, o ISS passa de 5% para 2%
- Lei de Incentivo à Ocupação do Solo – consiste em condições especiais de uso e ocupação de solo, que, de acordo com a Lei Municipal Nº 16.290/97, concede isenção no IPTU de acordo com o tipo de reforma realizada no imóvel ocupado
- Redução do Imposto de Renda: O decreto nº 4.213 definiu os empreendimentos prioritários para o desenvolvimento regional, nas áreas de atuação da extinta Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, para fins dos benefícios de redução do imposto de renda, inclusive de reinvestimento, em diversos setores, incluindo as áreas de eletroeletrônica, mecatrônica, informática, biotecnologia, veículos, componentes e autopeças da indústria de componentes (microeletrônica)
- Infraestrutura de apoio empresarial, facilitando o acesso à capacitação e treinamento
- Projetos de consultoria e apoio à captação de recursos
- Programa de internacionalização de negócios
- Incubadoras de empresas
- Programa de apoio na obtenção de certificação de qualidade no desenvolvimento de software

- Programa de Responsabilidade Social
- Aceleradora de empresas
- Programa de relacionamento para funcionários

Portanto, o Porto Digital oferece vários diferenciais competitivos no que tange a custos de instalação e operação, a apoio às empresas e seus colaboradores, a interação com a esfera governamental e ensino, à infraestrutura de suporte a pesquisa e desenvolvimento.

II.2.5 - Fomento ao Aprendizado e à Capacitação produtiva e inovativa

A importância dada à aprendizagem é demonstrada com a preocupação do empreendedor em adquirir novos saberes sobre os processos de inovação tecnológica e gerencial, por meio de decisões compartilhadas na rede. Neste sentido, os gestores devem permitir um ambiente de qualificação de profissionais, para otimizar competências voltadas à criatividade e ao conhecimento técnico. Sendo assim, com o objetivo de promover um ambiente de aprendizagem algumas iniciativas vigoram no Porto Digital como o Armazém da Criatividade, o Recife Summer School, o Programa de Softlanding, o Laboratório de testes de aplicativos e o L.O.U.C.O.

O Armazém da Criatividade é uma estrutura de suporte à inovação e ao empreendedorismo, que atua em conjunto com a academia. Atua na mesma área inúmeras pessoas já participaram de cursos, oficinas, palestras e workshops nos dois anos da estrutura criada pelo Governo de Pernambuco em parceria com o Porto Digital como uma parte das políticas de interiorização do conhecimento do estado. O ambiente conta com laboratórios de criação, prototipagem, fotografia, edição de som e imagem, salas empresariais, incubadora de negócios, espaço de coworking, showroom para exposições/palestras e salas de treinamento. No Armazém da Criatividade de Caruaru, a base é a atividade de moda e confecções; no Armazém da Criatividade de Petrolina, a agricultura irrigada.

O Armazém da Criatividade busca integrar em um espaço compartilhado coworking, crédito, educação, empreendedorismos, exibição e experimentação. Para isso, é munido de fundos institucionais ou privados de fomento voltados para consolidação das startups, espaço

colaborativo que permite que os jovens empreendedores se reúnam em busca de informações, parcerias e insights, espaço de formação contínua de capital humano, showroom e laboratório de alta tecnologia.

Vale mencionar que o público alvo vai desde de jovens que acabaram de se formar no ensino superior ou técnico e estão na busca por oportunidades de empreender até empreendedores já estabelecidos no mercado que buscam aprimorar seu produto ou até mesmo inovar sua empresa.

O Recife *Summer School* organiza cursos disponíveis para a população. Um deles é o curso de planejamento de comunicação digital ofertado no ano de 2017.

Além disso, três dos principais parques tecnológicos do Brasil, o Parque Tecnológico da UFRJ, no Rio de Janeiro, o Tecnopuc, de Porto Alegre, e o Porto Digital, no Recife, juntaram-se para promoverem um programa de mobilidade entre as empresas residentes nas três unidades. Na prática, a parceria permite que empreendedores possam usufruir das estruturas físicas em uma imersão que tem como objetivo ampliar o networking e o ecossistema das localidades de destino.

Essa iniciativa faz parte do Programa de *Softlanding* e cada parque tecnológico pode hospedar até cinco empresas por bimestre em suas estações de trabalho nos espaços de coworking, com acesso à internet. As empresas selecionadas poderão utilizar, sem ônus financeiro, as instalações e serviços ofertados pelo parceiro por um período de duas semanas até dois meses.

Outra evidência da importância da aprendizagem para a iniciativa do Porto Digital é o laboratório de testes de aplicativos. Ele é um laboratório feito em parceria do Porto Digital com o Ministério das Comunicações e a fornecedora de soluções móveis *Qualcomm*. O objetivo central dele é fornecer um ambiente para otimizar o desempenho dos softwares para dispositivos móveis desenvolvidos pelas empresas do parque.

As empresas podem no laboratório fazer testes de estabilidade, de segurança e de performance por exemplo. Prioritariamente, as empresas que fazem parte do Porto Digital é que podem utilizar o laboratório de testes de aplicativos de forma gratuita.

O Porto Digital inaugurou, em 2016, o L.O.U.C.O, um laboratório aberto a sociedade, também para criação, desenvolvimento e prototipagem de soluções que melhorem a qualidade de vida das pessoas nas cidades.

O ambiente, instalado no Portomídia, é um *makerspace* voltado para a criação de protótipos e teste de produtos e serviços em internet das coisas com foco no bem estar das cidades e na geração de novos negócios inovadores. Assim, o projeto quer levar para os empresários pernambucanos do setor ferramentas que só são encontradas no exterior. O projeto atende desde de faculdades e escolas até empresas localizadas dentro do ecossistema do Porto Digital e organizações de fora do parque. O perfil multidisciplinar de pessoas, empresas e grupos de áreas como ciência da computação, eletrônica, design, arquitetura, urbanismo, e saúde busca diminuir a distância entre academia, mercado e a sociedade no geral na busca de desenvolver soluções que levem a uma cidade melhor.

Uma citação de um consultor do Porto Digital evidência como o Laboratório busca a diversidade para chegar nas melhores soluções:

Nossa proposta é reunir equipes transdisciplinares compostas por empreendedores, pesquisadores e estudantes, tanto do ramo de TIC quanto de engenharia eletrônica, além de profissionais criativos de áreas como design, arquitetura e urbanismo. Queremos que esses times criem e desenvolvam soluções que melhorem a vida das pessoas nas cidades e tenham potencial de tornarem-se negócios de escala global.

(Jacques Barcia – consultor do Porto Digital e membro do BitCast)

II.2.6 - A Inserção do APL no território do Recife Antigo

O Porto Digital contribuiu para a revitalização da área, já que contribuiu pela recuperação de mais de 80 mil metros quadrados de edificações históricas e a previsão é de que até 2018 mais 40 mil metros quadrados sejam revitalizados. Foi, assim, fundamental para o desenvolvimento econômico do bairro e para fazer com que a região voltasse a ser importante. Isso é evidenciado pela premiação na categoria de “Excelência em Gestão Compartilhada do Patrimônio Cultural”. Esse prêmio é promovido pelo Instituto do

Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no ano 2017 e marca o Porto Digital como um instrumento de transformação de áreas históricas de Recife além do desenvolvimento tecnológico e humano, já mencionado anteriormente, que a APL leva para a região.

Paralelamente a isso foram desenvolvidos também projetos no âmbito da responsabilidade social, por exemplo, a criação de bibliotecas com oficinais de leitura e acesso liberado a internet para que a população de baixa renda pudesse utilizar.

No geral, a sociedade como um todo é beneficiada pelo APL, pois o programa promove um desenvolvimento econômico e social ao beneficiar outras empresas que não são necessariamente TIC ou economia criativa por estarem instaladas no ambiente. Exemplos de outros agentes beneficiados dessa forma são os bares, restaurantes, shoppings, enfim, o comércio em geral que existe na ilha que é alavancado pelo maior número de pessoas que passam a frequentar o lugar.

Os alunos de informática são favorecidos à medida que possuem um lugar para trabalhar próximo e as próprias universidades são beneficiadas pelo interesse dos alunos em cursos das áreas de TIR e EC, possibilitando que elas ofereçam outros cursos nesta área.

II.2.7 - Desempenho e resultado

De acordo com a apresentação institucional do Porto Digital (Pesquisa Porto Digital, 2010) o porto tem cerca de 200 empreendimentos, sendo 175 deles na área de TI, incluindo empresas, incubadoras e 10 empresas de economia criativa, e as demais em outros setores empresariais.

Com relação ao faturamento gerado, no ano de 2010, foi por volta de 1 bilhão, representando um crescimento de 31% anual em relação aos três anos anteriores.

Já com relação ao número de empregos gerados, o Porto digital emprega 6.500 pessoas com mais de 500 empreendedores envolvidos. Isso representa uma geração de oportunidades de 718 vagas ociosas com uma previsão de acréscimo de 1.666 vagas para os

anos subjacentes. Um ponto importante de se destacar é que a média salarial dos empregos gerados pelo Porto Digital é quase 2,5 vezes maior do que a média dos salários de Recife.

Na pesquisa do Perfil geral do Porto Digital atualizada em 2010 foi possível levantar o grau de escolaridade dos funcionários sendo: 63% dos funcionários tinha nível superior, 12% possuía alguma especialização, 6% tinha nível técnico e 5% mestrado. Apenas 13% dos colaboradores tinham até segundo grau. Para a pesquisa foi considerada um universo de 142 empresas de TIC com erro de 5,2% e confiabilidade de 95%.

Capítulo III - O Caso do Porto Maravilha e do Distrito Criativo do Porto no Rio de Janeiro

No caso do Rio de Janeiro, constituiu-se um APL de economia da inovação, chamado de Distrito Criativo do Porto, também com o intuito de gerar uma rede colaborativa produzido a partir da interação. O objetivo geral desse trabalho é, então, discutir o APL do Porto Digital e o APL do Distrito Criativo do Porto.

Para isso, ele será estruturado em seções estruturadas da seguinte forma: a primeira delas constando as características das indústrias criativas e a segunda com um perfil do arranjo inovativo local. Na segunda seção serão tratados construção territorial, estratégia de desenvolvimento, instituições de coordenação, estratégia do distrito criativo, estratégia competitiva do distrito, desempenho e resultado e perspectivas para a promoção do arranjo.

III.1 - Características das Indústrias Criativas

O termo Indústria Criativa termo apareceu pela primeira vez em 1994, em um discurso do Primeiro-Ministro australiano, Paul Keating, cujo título era Nação Criativa (“*Creative Nation*”). Nesta oportunidade, Paul Keating divulgou uma política cultural a ser adotada pelo Estado australiano, a qual explicitava o estímulo a indústrias ligadas ao que se conhece hoje como a Economia Criativa. Reconhecia-se ali a importância da cultura no desenvolvimento econômico e delimitava algumas novas direções para a política econômica:

This cultural policy is also an economic policy. Culture creates wealth. Broadly defined, our cultural industries generate 13 billion dollars a year. Culture employs. Around 336,000 Australians are employed in culture-related industries. Culture adds value, it makes an essential contribution to innovation, marketing and design. It is a badge of our industry. The level of our creativity substantially determines our ability to adapt to new economic imperatives. It is a valuable export in itself and an essential accompaniment to the export of other commodities. It attracts tourists and students. It is essential to our economic success. (CREATIVE NATION, 1994, p.8)

Para a Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento

(UNCTAD) a Economia Criativa “é um dos setores mais dinâmicos do comércio internacional, gera crescimento, empregos, divisas, inclusão social e desenvolvimento humano. É o ciclo que engloba a criação, produção e distribuição de produtos e serviços que usam o conhecimento, a criatividade e o ativo intelectual como principais recursos produtivos.” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2011).

Inúmeras definições poderão ser encontradas para o termo Economia Criativa, para o presente trabalho será considerada como conjunto de setores dinâmicos, que tem mais capacidade de criar empregos, principalmente entre os jovens, e que, se bem articulados e apoiados, tornam-se propulsores de inovação e da ampliação da capacidade produtiva do conjunto da economia nacional, inclusive dos setores considerados mais tradicionais.

Desse modo, o incremento dessa prática econômica se dá pela atuação dos talentos criativos, ao se organizarem individual ou coletivamente para produzir bens e serviços inovadores. Como se caracteriza pela abundância, e não pela escassez, essa nova modalidade econômica que surgiu possui dinâmica própria, o que faz com que seus parâmetros de negócios ainda estejam em construção, visto que diferem dos modelos econômicos tradicionais. A UNCTAD classifica os setores criativos em nove áreas, conforme a figura a seguir:

Figure 4 Classificação os setores criativos



Fonte: Ministério da Cultura (2011)

De acordo com a classificação que o Ministério da Cultura brasileiro propõe patrimônios consistiria em material, imaterial, arquivos e museus, expressões culturais em artesanato, culturas populares, indígenas, afro-brasileiras, artes visual e digital, espetáculos artísticos em dança, música, circo e teatro, audiovisual e literatura em cinema e vídeo, publicações e mídias impressas e criações culturais e funcionais em moda, design e arquitetura.

As transformações são profundas nas tecnologias e, conseqüentemente, na velocidade e intensidade do processo de globalização, abrindo mercados maiores e mais diversificados e facilitando a troca de idéias e tecnologias entre os países. Novas gerações de tecnologias permitiram a queda de preços no lado da oferta, enquanto consumidores mais ricos, diversificados e sofisticados sustentaram a demanda por bens e serviços de maior valor agregado. Uma mão de obra mais qualificada e educada passa a ser requisitada. A competitividade e desempenho das empresas e organizações são crescentemente determinados pelo seu investimento em ativos baseados no conhecimento, ou intangíveis, definidos como recursos humanos, competências organizacionais (tecnológicas, processos, cultura), software especiais, rede de consumidores, rede de fornecedores, pesquisa e desenvolvimento (P&D), design, e marcas, focando na criação de valor, inovação e crescimento.

O desenvolvimento de um setor de economia criativa fortalece a capacidade das empresas do próprio setor e de outros setores a criarem, lidarem e explorarem conhecimento, criando capacidade para interagir e responder à evolução da demanda. Pode-se dizer que o sucesso da economia criativa transborda para os outros setores os quais, através dos investimentos em intangíveis (pesquisa e desenvolvimento, sistemas organizacionais, software, design, marca, capital humano), passam a ter maior capacidade de criatividade e inovação, em novos produtos, processos, serviços além de sistemas mais desenvolvidos dos que os já existentes.

As características culturais do Brasil representam uma imensa oportunidade de desenvolver suas indústrias criativas e, com elas, elevar o valor agregado do setor de serviços e segmentos do setor industrial. Mas, para isso, é fundamental contarmos com um projeto pró-ativo que envolva governos, agências de governo, setor privado, empresários dos mais

diferentes setores, economistas e representantes dos setores criativos e culturais.

III.2 - Perfil do arranjo ou sistema produtivo e inovativo local

A Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio de Janeiro, uma parceria entre o poder público e a iniciativa privada conhecida pelo nome fantasia de Projeto Porto Maravilha, é resultado do esforço de coordenação entre meio acadêmico, empresas e governo cujo objetivo é estimular a economia criativa no Estado do Rio de Janeiro. Tido como o maior projeto de intervenção urbana da América Latina, o projeto foi fortalecido pelos megaeventos que ocorreram na cidade. Em meio à implantação de grandes equipamentos culturais, em 2015, foi anunciada na área a criação do Distrito Criativo do Porto. Sendo assim, é importante entendermos o perfil desse APL destacando qual é a história desse território, que características competem a cada ator envolvido, qual é a estratégia de desenvolvimento adotada, que instituições apoiam o APL para coordenação das ações e para fornecer infraestrutura, como tem sido o desempenho e resultado e quais as políticas de promoção estão sendo adotadas pelo projeto.

III.2.1 - Construção Territorial

O processo de consolidação desse espaço urbano no território carioca foi dinamizado pela atividade portuária, e refreado pelas modificações no sistema capitalista e nos estilos de vida. Somadas a arquitetura militar das primeiras fortalezas para a defesa da cidade, os morros e planícies das áreas circunvizinhas ao porto foram sendo ocupados por sobrados, prédios, casarios, palácios, depósitos e armazéns, formando uma rica diversidade arquitetônica (COMA, 2011).

Funcionando como motor da economia agroextrativista do período colonial, a zona portuária do Rio de Janeiro gozava de importância estratégica e histórica, constituindo o centro administrativo e comercial do império colonial português, e servindo como o principal entreposto comercial entre colônia e metrópole, assim como entre outras nações. Crescendo vinculado à explosão do tráfico negreiro, o porto também acolheu aquilo que veio a ser um

dos maiores mercados de escravos do mundo, deixando importantes marcos históricos da herança africana no Brasil.

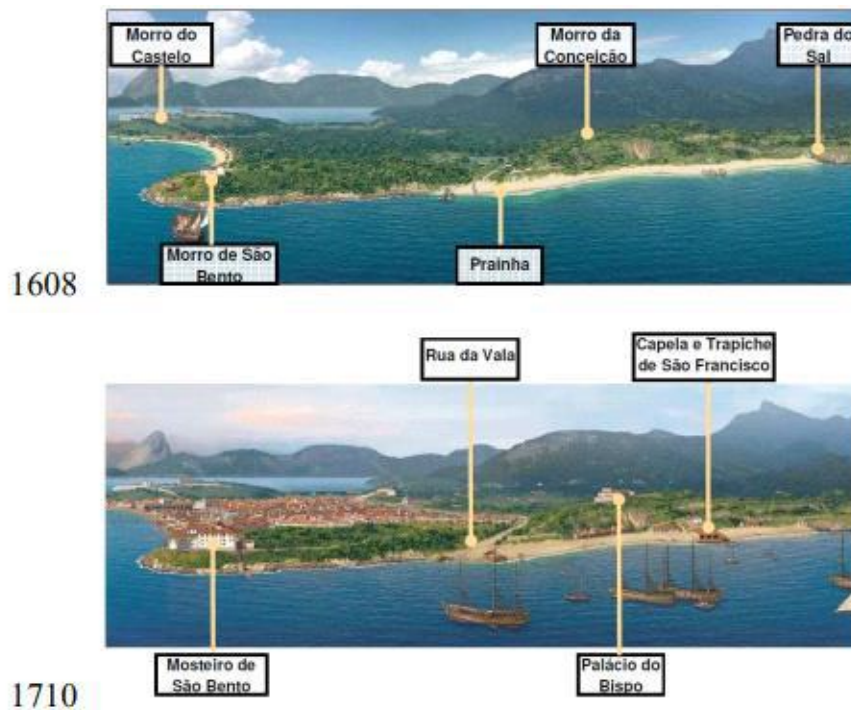
A área entre o Morro do Castelo e o Morro do São Bento pode ser considerada como o marco zero do Porto do Rio. Lá foi estendida a primeira rua da cidade, passando pela Prainha, até chegar à base do Morro da Conceição. Durante o século XVIII, caminhos foram abertos para conectar as construções religiosas aos Morros da Conceição e do Livramento, o movimento de passageiros e mercadorias e o Cais do Valongo; local do desembarque dos escravos. Até 1808, a região portuária era local de moradia de mão de obra escrava e operária devido às atividades industriais relacionadas à exportação de café que se localizavam nas instalações dispersas e nos trapiches. A partir daí, com a abertura dos portos e a chegada da Corte Portuguesa, a região ganhou importância e passou a ser considerada a porta de entrada do país, o que perdurou durante décadas. No final do século XIX, a região já estava quase toda ocupada. No alto dos morros localizavam-se habitações e na parte baixa e plana próximo à orla, os trapiches: Pedra do Sal, dos Bastos, do Cleto, da Ordem, do Vapor, da Gamboa e outros sem nome (PINHEIRO; RABHA, 2004).

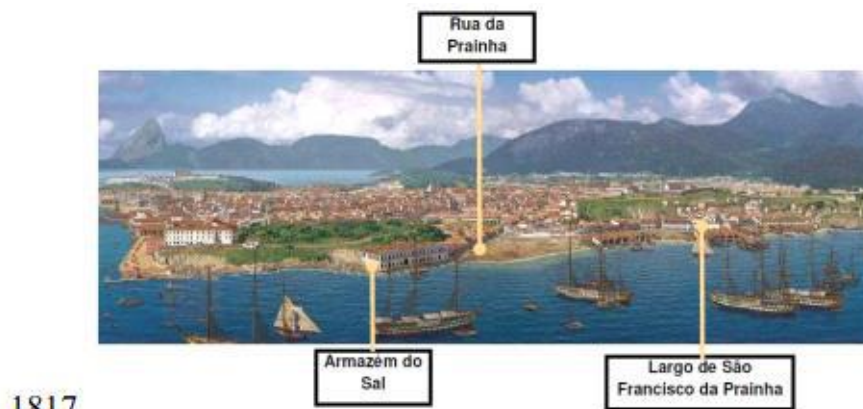
No século XX, o espaço urbano passou por grandes transformações, visando criar uma capital que refletisse a importância do país como principal produtor de café do mundo. Para tal, foi necessário modernizar o processo de importação/exportação que até então, acontecia em um porto com características coloniais (ABREU, 2006). Além disso, era preciso oferecer melhores condições de higiene e saúde. No bairro da Gamboa localizavam-se focos de febre amarela e tuberculose. As autoridades associavam as doenças à promiscuidade das habitações coletivas (ALBUQUERQUE, 1985).

Todas as transformações pelas quais o espaço urbano da região portuária passou ao longo do século causaram impactos na distribuição espacial nos bairros que formam a região. Como exemplos pode-se citar as construções da Avenida Rodrigues Alves e da Francisco Bicalho no litoral da Prainha que delimitaram as diferenças entre a ocupação antiga e a moderna. Outro exemplo é a abertura da Avenida Presidente Vargas e a construção do Viaduto da Perimetral nas décadas de 40 e entre 70 e 80 respectivamente (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2003, p.1).

Em 1982, com a construção do Porto de Itaguaí, mais moderno e automatizado, muitas das atividades do Porto do Rio foram transferidas para lá. Enquanto no ano de 2005, o Porto do Rio de Janeiro movimentou aproximadamente oito mil toneladas, o de Itaguaí teve movimento de quase trinta mil toneladas.

Figure 5 Evolução urbana da Região Portuária da cidade do Rio de Janeiro

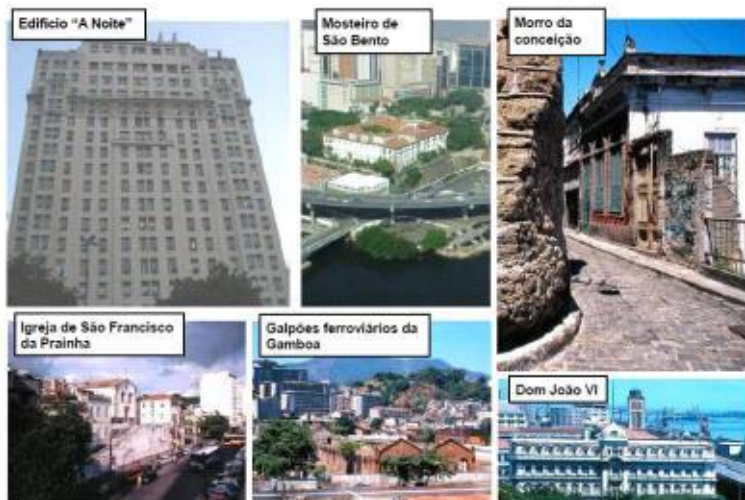




Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro (2011a)

Do ponto de vista histórico e cultural, a região portuária é bastante rica. A região conta com grande relevância histórica e tem inúmeros imóveis tombados. Alguns deles podem ser visualizados na figura 8.

Figure 6 Alguns exemplos de imóveis que corroboram para a relevância histórica na Região Portuária



Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro (2011a).

Quanto aos equipamentos voltados para cultura e lazer, localizam-se na região a Cidade do Samba e a Vila Olímpica da Gamboa. Ainda há que se destacar os blocos e escolas de samba locais tradicionais como o Escravos da Mauá (fundado em 1988), a Escola de Samba Vizinha Faladeira (da década de 30), o Bloco afro Filhos de Gandhi (fundado em 1951) e a Pimpolhos da Grande Rio, cujo barracão localiza-se na Avenida Rodrigues Alves. Deve ser mencionada também a Pedra do Sal, local tombado onde se encontra a Comunidade Quilombola da Pedra do Sal que é reduto de encontro dos sambistas até hoje.

Esse espaço hoje é um terreno urbano diverso, formado por seis bairros, sendo eles: Centro, Santo Cristo, Gamboa, Saúde, Cidade Nova e São Cristóvão. Tem cerca de 22.000 mil habitantes, em sua maioria habitantes de baixa renda que vivem em favelas localizadas nos morros da Providencia e Santo Cristo.

Como justificativa para a implantação do projeto, a Prefeitura do Rio afirma a necessidade de preparar a Região Portuária para os grandes eventos que a cidade realizou (Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas 2016) e a necessidade de desenvolver economicamente a região.

Figure 7 Área da Operação Urbana Consorciada



Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro (2011a)

De acordo com a lei instituída, a Operação Urbana Consorciada (RIO DE JANEIRO, 2009a):

[...]compreende um conjunto de intervenções coordenadas pelo Município e demais entidades da Administração Pública Municipal, com a participação de proprietários, moradores, usuários e investidores, com o objetivo de alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental de parte das Regiões Administrativas I, II, III e VII, em consonância com os princípios e diretrizes da Lei Federal n.º 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade e do Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro.

Com a intenção explícita de se fazer um exemplo de desenvolvimento urbano sustentável e “inclusão social produtiva”, o projeto tinha como objetivo revitalizar a região e torna-la um centro urbano efervescente, misturando edifícios modernos e sustentáveis com preservação do conjunto arquitetônico, fundindo usos residenciais, comerciais e culturais e aprimorando a qualidade de vida através de desenvolvimento socioeconômico, integração de

preocupações ambientais e a preservação e valorização do patrimônio. O projeto foi lançado por meio da criação de um marco legal extraordinário para a revitalização de áreas urbanas degradadas, possibilitando a vinculação de R\$8 bilhões (cerca de US\$4 bilhões) ao longo de 15 anos, sem ônus aos cofres públicos. Este modelo singular é habilitado por uma entidade chamada de Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP), depositária de poder de concessão pública para desempenhar uma função tríplice reguladora, gestora de projetos e agência de desenvolvimento.

Dessa forma, o programa básico de ocupação da área que consiste, dentre outros pontos, na reurbanização de vias, recuperação e ampliação de redes de infraestrutura, implantação de VLT, construção de túneis, com o objetivo de substituir o elevado da Perimetral, implantação de mobiliário urbano e de rede de ciclovias, pode levar até 30 anos para ocorrer; prazo final segundo estabelecido na lei.

III.2.2 - Estratégia de desenvolvimento do Porto Maravilha

Para ganhar credibilidade e despertar o interesse de contrapartida de investidores para poder executar todas as intervenções previstas no programa básico de ocupação, a Prefeitura financiou com recursos próprios a primeira fase das obras. Assim, estaria em execução desde 2010 obras de infraestrutura nas vias Barão de Tefé, Camerino, Venezuela, Rodrigues Alves e Sacadura Cabral e no Morro da Conceição, revitalização da Praça Mauá e construção dos Museus do Amanhã e de Arte do Rio, ambos em parceria com a Fundação Roberto Marinho (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2011a). A segunda fase, viabilizada com os recursos arrecadados com a venda dos Certificados de Potencial Adicional Construtivo (CEPACs)², concentrou a maior parte das intervenções com obras de infraestrutura nas demais vias e no Morro da Saúde, implantação de sistema de melhoria da qualidade das águas do Canal do Mangue, Rio Comprido e Rio Maracanã, execução de túneis, implantação de sistema de veículo leve sob trilhos com estações integradas a rede de

²Certificados de Potencial Adicional Construtivo (CEPACs) são títulos que são aos empreendedores direitos construtivos acima dos parâmetros previstos em lei, de modo que, quanto mas a área é valorizada, mais caros esses títulos se tornam, os recursos oriundos das CEPACs são repassados para a concessionária Porto novo. Veja mais sobre CEPACs em(Fix, 2000).

metrô, demolição do Elevado da Perimetral no trecho entre a Praça Mauá e a Av. Francisco Bicalho, construção de rampas ligando o viaduto do Gasômetro ao Santo Cristo e implantação de mobiliário urbano. A conclusão das obras era prevista para 2015 de acordo com o plano. (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2011a).

III.2.3 - Instituições de coordenação e infraestrutura

A CDURP atua por sua parte como gestora da prefeitura na Operação Urbana Consorciada e como órgão de fomento do desenvolvimento socioeconômico (SILVA, 2014). A CDURP é principal instituição de coordenação e infraestrutura do Porto Maravilha e foi instituída pela Lei Complementar 102/2011 com o objetivo de gerir e fiscalizar a revitalização, é a gestora da prefeitura na Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha.

A CDURP tem como finalidades (RIO DE JANEIRO, 2009b):

[...] I - promover, direta ou indiretamente, o desenvolvimento da AEIU da Região do Porto do Rio de Janeiro; II - coordenar, colaborar, viabilizar ou executar, no âmbito de competência do Município do Rio de Janeiro, a implementação de concessões, em quaisquer das modalidades previstas nas Leis Federais n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e n.º 11.079, de 30 de dezembro de 2004, ou outras formas de associação, parcerias, ações e regimes legais que contribuam ao desenvolvimento da AEIU, em conformidade com os estudos de viabilidade técnica, legal, ambiental e urbanística aprovados pela CDURP e pelos demais órgãos e autoridades públicas competentes; III - disponibilizar bens, equipamentos e utilidades para a Administração Pública, direta ou indireta, para concessionários e permissionários de serviço público, ou para outros entes privados, mediante cobrança de adequada contrapartida financeira; IV - gerir os ativos patrimoniais a ela transferidos pelo Município ou por seus demais acionistas, ou que tenham sido adquiridos a qualquer título.

Vale destacar que dentre as funções estabelecidas à CDURP está a articulação entre os demais órgãos públicos e privados e a Concessionária Porto Novo, que executa obras e serviços na região e atua como fomentadora do dinamismo econômico e social da região portuária delimitada pela Lei Complementar nº 101 (que criou a Operação Urbana Porto Maravilha). Além disso, a CDURP presta contas à Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

e participa da aprovação de empreendimentos imobiliários em grupo técnico da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU). Enquanto gestora da operação, também tem a responsabilidade de disponibilizar parte dos terrenos em sua área para o mercado.

Importante dizer que as reuniões promovidas pela CDURP não seguem um calendário rígido. As datas, conteúdos, locais de realização e convidados são definidos de acordo com o andamento das intervenções. Alguns dos temas abordados nas reuniões são: desapropriações e explicação das alternativas para o processo de negociação, apresentações do plano de serviços, informações sobre as frentes de obra e sobre as ações sociais realizadas pela Concessionária Porto Novo na região. Os participantes são moradores, comerciantes e representantes de instituições locais.

Um dos principais objetivos dos idealizadores do projeto Porto Maravilha reside no desenvolvimento econômico da área portuária considerada decadente. A expansão imobiliária em direção à área deveria ser facilitada pela elevada taxa de ocupação (cerca de 90%) dos imóveis comerciais no centro de negócios. O ambiente institucional criado pela Prefeitura, que facilita em particular a verticalização e propõe incentivos fiscais, assim como o baixo custo dos terrenos e a modernização das infraestruturas já atraem importantes investidores.

III.2.4 - A Estratégia do Distrito Criativo do Porto

Como mostra RIOETC (2015), a indústria criativa responde hoje por pouco mais de 20% da economia carioca, o que faz do Rio a capital nacional deste ramo de atividade. O montante ainda parece pouco, se comparado a cidades como Amsterdam e Barcelona, que têm quase 70% de sua força financeira vindas da rubrica “criatividade” – design, arte, inovação etc.

Os temas relacionados à economia criativa foram inseridos nas agendas políticas da cidade do Rio de Janeiro no início da década de 2000, com a criação da Superintendência Economia da Cultura do Governo do Estado.

A fim de estimular o desenvolvimento da economia criativa na região, em 2015 surgiu o Distrito Criativo do Porto, uma iniciativa com mais de 300 profissionais que atuam em 50 empresas instaladas na recém revitalizada região portuária. É uma iniciativa inspirada em experiências semelhantes em cidades como Barcelona e Miami. O foco é gerar um networking com forte potencial de transformar a cidade e criar novos negócios. Segundo o Daniel Kraichete, diretor do Distrito Criativo e integrante do Coletivo do Porto e que aparece no texto Boeckel (2018):

O foco do Distrito é incentivar novas dinâmicas e redes de trabalho, criar um ambiente para as novas ideias circularem e acontecerem. Queremos que tudo funcione num movimento orgânico e sustentável, com espírito de colaboração entre as empresas.

O Distrito Criativo do Porto é uma iniciativa de uma rede de empreendedores em parceria com a CDURP para promover oportunidades de negócios, na área da indústria criativa, para os empresários da cidade, em uma agenda integrada (BOECKEL, 2018).

Além disso, o distrito é composto por dezenas de empresas e coletivos da indústria criativa, já instalados no entorno do Santo Cristo, da Gamboa, da Praça Mauá e do Morro da Conceição. Entre os projetos previstos, cabe destacar a criação de programas de capacitação de mão de obra, a consolidação e a ampliação do calendário cultural e a promoção de rodadas de negócios para divulgar a produção local Boeckel et al. (*apud* Jesus, 2017).

Dessa forma, o Distrito Criativo visa fortalecer a economia criativa na zona portuária do Rio de Janeiro, englobando atividades relacionadas à comunicação, design, arquitetura, tecnologia, sustentabilidade, produção cultural, audiovisual, entre outras. Neste sentido, os gestores deveriam proporcionar um ambiente de qualificação de profissionais, para otimizar competências voltadas à criatividade, inovação e ao conhecimento técnico.

Sendo assim, com o objetivo de promover um ambiente de aprendizagem algumas iniciativas vigoram no Porto Maravilha de acordo com o Top 5 Rio (2016) como o Coletivo do Porto, o Laboratório de Atividades do Amanhã (LAA), o Programa de Amigos do Museu do Amanhã (NOZ), “Fábrica da Bhering”, Associação Goma, Armazém da Utopia,

Museu do Amanhã e Espaço YouTube.

O Coletivo do Porto é composto por cinco empresas do setor criativo que compartilham espaço, ideias e experiências para criar soluções integradas nas áreas de comunicação, marketing, desenvolvimento digital e projetos relacionados à inovação e a design (RIOETC, 2015).

O LAA tem dois focos de atuação: os efeitos e resultados das tecnologias, como inteligência artificial, internet das coisas, robótica, genômica, impressão 3D, nano e biotecnologia e o futuro de temas como trabalho, urbanização, fabricação e alimentação. Para isso, o laboratório atua em quatro frentes: educação, atividades, programa de residência criativa e exposições (SITE INSTITUCIONAL DO MUSEU DO AMANHÃ, 2018).

Assim, o LAA oferece palestras, grupos de discussão e encontros, além de ações da chamada ‘ciência cidadã’, na qual pessoas sem formação científica trabalham em conjunto com especialistas para desenvolver pesquisas sobre problemas locais e globais. O laboratório também possui uma plataforma para pesquisadores, startups, empresas e criativos compartilharem projetos e ideias.

Outro exemplo de capacitação é o Clube de Leitura do Museu do Amanhã conhecido como NOZ. O objetivo do clube é estimular a troca e a discussão entre os participantes, mesclando teoria e ação (SITE INSTITUCIONAL DO MUSEU DO AMANHÃ, 2018).

Vale destacar também que, com as obras de revitalização do Porto Maravilha, esta área da cidade passou a ser muito frequentada por cariocas e turistas em busca de cultura, eventos, arte e festas gratuitas. Há a feira internacional de arte contemporânea ArtRio e o evento paralelo ArtRua, além do Acarajazz, e o Baile Black Bom.

O espaço onde funcionava a indústria de balas e chocolates “Fábrica da Bhering” atualmente abriga ateliês e estúdios de mais de 50 artistas de diversas escolas, alguns dos pioneiros em migrar para a Região Portuária. No local, artistas e criadores organizam eventos com mostras, performances musicais e parcerias culturais (TOP 5 RIO, 2016).

A associação Goma é uma associação interdisciplinar que promove espaços compartilhados. Fazem parte empresas como Matéria Brasil, Estúdio Guanabara, Tucum,

Libélula, entre outras empresas focadas em inovação e criatividade. O propósito do grupo, que frequentemente promove debates, seminários e encontros aberto ao público, é fomentar as economias criativa e colaborativa, através do empreendedorismo em rede e negócios de impacto social, com atividades que priorizam o desenvolvimento sustentável, arte e design. (RIOETC, 2015).

O Armazém da Utopia já recebeu mais de 300 mil visitantes desde que passou a ser gerido, em 2010, pelo Instituto Ensaio Aberto. A arquitetura preserva a memória do seu passado portuário. O galpão é um espaço múltiplo e dinâmico que sedia eventos culturais, como o Festival do Rio, o Rio H2K e o Tudo é Jazz no Porto, além de produções na área da música, da dança e das artes visuais (SITE INSTITUCIONAL DO ARMAZÉM DA UTOPIA, 2018).

O Museu do Amanhã foi inaugurado no segundo semestre de 2015 e se tornou cartão-postal da cidade. Tanto na exibição principal quanto nas temporárias há experiências para o público ver, sentir, interagir, fruir através do uso de tecnologias. A instituição faz parte da rede de museus da Secretaria Municipal de Cultura e o Instituto de Desenvolvimento de Gestão (IDG) é responsável pela gestão do Museu (MUSEU DO AMANHÃ, 2017).

O Espaço YouTube é um laboratório para aprendizados, conexões e criatividade. O espaço físico é um galpão de cerca de 3mil m² com câmeras 360°, equipamentos para realidade virtual e três estúdios. O objetivo é oferecer um ponto de encontro para conectar criadores de conteúdo. Nele acontecem eventos, workshops e programas de produção (BOECKEL,2017).

Contudo, as iniciativas desenvolvidas na região portuária do Rio de Janeiro citadas acima configuram-se excessivamente fragmentadas com pouca interação entre elas, principalmente se considerado a interação entre os novos equipamentos urbanos e as iniciativas voltadas para manutenção do patrimônio histórico do local. Além disso, o baixo engajamento da população que vive na região leva a falta de uma efetiva interação entre as iniciativas e falta diálogo entre o presente e o passado da zona portuária (JESUS, 2017). Mesmo tendo inúmeras iniciativas para a inclusão dessa população, muitas dessas iniciativas possuem recursos escassos ou têm alcance limitado em razão da quantidade de pessoas que

vivem na área e poderiam se beneficiar delas, sobretudo os menos favorecidos que habitam os morros da região.

O próprio processo de implementação da política afeta a população de baixa renda local ao trazer um aumento de custos de bens e serviço se assim dificultar a permanência de antigos moradores de renda insuficiente para se manterem no local. O modelo mostra-se excludente, uma vez que não pressupõe o efetivo engajamento da população local, que se mostra pouco envolvida inclusive nas iniciativas culturais que visam a manter a pluralidade de valores e usos que compõem os centros antigos da cidade e no desenvolvimento do potencial econômico das atividades culturais que poderiam ser realizadas na área (JESUS, 2017).

III.2.5 - Estratégias no Campo habitacional e arquitetônico

Incentivos fiscais e urbanísticos visam também desenvolver a função residencial. As autoridades previam a instalação de 70.000 novos moradores que viriam a ocupar os bairros de Gamboa, Saúde e Santo Cristo onde residiam antes cerca de 32.000 pessoas. Para que isso fosse possível, incentivos foram dados, entre eles está a isenção de IPTU para a ocupação de imóveis tombados, o financiamento (com uma linha que destina até R\$ 400 mil para reformas de casarões) e um projeto que prevê a derrubada do ISS cobrado das empresas lá estabelecidas.

A transformação da zona portuária em área residencial era um dos objetivos como diz Daniel Maia, também designer, sócio da Piloti e outro dirigente do grupo: “Para que a região não “morra” após as 19h, como acontece hoje com o Centro, tem que trazer gente pra morar”. Ele lembra que uma das exigências da prefeitura neste sentido é que 50% das novas construções devem ser residenciais.

Pode-se acrescentar que as empresas e moradores que se instalarem na área do projeto também teriam outros incentivos fiscais. Alguns dos incentivos são: perdão de dívidas isenção de IPTU por dez anos, isenção do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis por Ato Oneroso (ITBI) e redução do ISS (RIO DE JANEIRO, 2009c).

Contudo, em torno do campo habitacional giram alguns desafios isso porque a fixação no local das famílias expulsas pelo poder estatal de morros da zona portuária, mais especificamente da Favela da Providência, supõe a oferta de habitações populares que, por enquanto, revela-se aquém da demanda. Os riscos de gentrificação dos bairros mencionados são também reais. No Morro da Conceição, o número de artistas que escolhem o bairro para instalar seus ateliers, escritórios ou galerias tende a crescer. Esse movimento costuma prefigurar uma dinâmica de expulsão dos moradores socialmente mais expostos (SMITH, 1996:18).

III.2.6 - Desempenho e resultado

O consórcio do Porto Maravilha divulga trimestralmente um documento de transparência sobre a operação urbana desde do ano de 2010.

Já no último relatório divulgado até o presente trabalho, ou seja, quarto trimestre de 2017 referente aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2017. Ele mostra que foram executadas 52,48% das obras de urbanização e 56,16% das obras de infraestrutura previstas na operação urbana consorciada Porto Maravilha, totalizando 22.342 m de vias entregue ao trânsito. Além disso, a implantação do sistema VLT Carioca está com 90% de avanço. A Etapa 1 (Rodoviária-Santos Dumont) foi concluída com paradas e trechos em funcionamento, assim como a Etapa 2 (Central- Praça XV).

Até este momento, o sucesso do Distrito em atrair novos negócios criativos para a região e criar o ‘ar de efervescência’ necessário para sua total requalificação parece ameaçado em virtude do esvaziamento e da falta de sucesso dos empreendimentos imobiliários locais. Em outubro de 2015, a Folha de São Paulo mencionava os milhares de metros quadrados desertos de edifícios corporativos construídos na região, atentando para a pouca probabilidade de ocupação dos mesmos em função da atual crise econômica. De acordo com a reportagem, a zona portuária carioca conta atualmente com uma taxa de 22,05% de edifícios vazios, o que nos leva a crer na falta de articulação entre políticas urbanas e culturais para compreender o que seria necessário para a consolidação de um Distrito que funcionasse efetivamente como polo criativo da cidade (SELDIN, 2016).

III.2.7 - Perspectivas para promoção do arranjo

A região portuária do Rio de Janeiro passa por um momento “criativo”, mobilizando novos mecanismos de assistência social condicionados, novas estratégias de controle e vigilância sociais e novos redesenhos institucionais, ainda que algumas externalidades positivas sejam possíveis, os conflitos no centro do Rio de Janeiro são a prova de que ainda possuem muitas externalidades negativas.

Vale ressaltar quais são esses conflitos que levam o projeto a ser alvo de muitas críticas que giram em torno principalmente da falta de transparência por parte do Poder Público.

Primeiramente, pensando na estratégia de desenvolvimento do Porto Maravilha como um todo é notório como a área tem um perfil de vida urbana cíclica, ela se mantém muito movimentada durante o dia, mas se esvazia durante a noite. Uma das iniciativas pensadas para solucionar o problema é o estímulo às áreas residenciais na região, focando especialmente os jovens empreendedores que não teriam condições de se manter em áreas extremamente valorizadas da cidade, como a zona sul. Muitos esforços no sentido de atração de moradores para a região enfatizam a integração entre os meios de transporte, ainda que nos dias atuais a mobilidade esteja prejudicada pelas obras ainda em andamento (RIOETC, 2015). Todavia, os investimentos na segurança pública na região não se mostraram suficientes para conter a realização de delitos, o que afasta a classe criativa e dificulta a fixação daqueles profissionais que veem benefícios em potencial na região.

Além disso, o poder público com o projeto do Porto Maravilha propõe uma série de reformas de infraestrutura urbana, restauração de edifícios e espaços públicos e instalação de novos pontos comerciais como bares, restaurantes e ateliês. Como consequência imediata, e a exemplo da valorização imobiliária em torno de 30% ao ano observada na área portuária, de acordo com dados da CRECI-RJ, o aumento do preço dos aluguéis é uma realidade.

Desse modo, o bairro sofre uma profunda mudança em sua composição demográfica. Ao mesmo tempo que uma população de renda média e alta se muda para regiões anteriormente populares e encontra uma maior disponibilidade de moradias, os moradores anteriores se veem empurrados para áreas externas à cidade, perdem seus vínculos

comunitários e sofrem um maior empobrecimento devido à diminuição das oportunidades de emprego e escolaridade, assim como pelo aumento dos gastos com transporte utilizado para trabalho e lazer (remoções, gentrificação, redução da disponibilidade de moradia social e de baixo custo, criminalização da pobreza).

Isso mostra que não há a garantia de moradia popular. Isso porque não fica claro como se faz um acerto para uma área poder ser desenvolvida pela iniciativa privada, por tanto, gerar um grande lucro, e ao mesmo tempo oferecer benefícios públicos para uma população que não pode pagar. A preocupação é que um grande investimento está sendo feito que atrai grandes empresas e negócios para a região mas não oferecer alternativas para enfrentar as crises maiores que a cidade tem.

Uma evidência da falta de garantia de moradia é o depoimento abaixo de uma moradora do morro da providência que aparece no texto de Coma (2011):

[...] Mais de mil casa vão ser excluídas da favela por causa dos Jogos e a Copa [...] Querem remover todos os moradores para fazerem um plano voltado para a chegada dos turistas. Estamos decepcionados, nossa tristeza é muito grande porque nossa história não pode terminar porque essa prefeitura chegou e quer começar sua história [...] Nós somos a primeira a favela do Rio de Janeiro e do Brasil, somos filios daquela terra, aquela mesma terra em que nós nascemos foi a terra que recebeu os soldados da Guerra dos Canudos, somos herdeiros daquilo. Temo sum século e meio dentro dessa cidade enão podem apagar nossa vida e borrar nosso pasado, porque quem não tem pasado, o que pode contar a seus filios? (Moradora do Morro da Providência) ³

Dessa forma, urbanistas, acadêmicos e organizações não governamentais criticam

³ Original: Más de mil casas van a ser excluidas de la favela por causa de los Juegos y de la Copa [...] Quieren remover a todos los moradores para hacer un plano inclinado para la llegada de los turistas. Estamos decepcionados, nuestra tristeza es muy grande porque nuestra historia no puede terminar porque esta prefeitura llegó y quiere empezar su historia [...] Nosotros somos la primera favela de Río de Janeiro y de Brasil, somos hijos de aquella tierra, aquella misma tierra en la que nosotros nacimos fue la tierra que recibió a los soldados de la Guerra de Canudos, somos herederos de aquello. Tenemos un siglo y medio dentro de esta ciudad y no pueden apagar nuestra vida y borrar nuestro pasado, porque quien no tiene pasado, ¿que puede contar a sus hijos? (Moradora do Morro da Providência)

também, a supervalorização dos terrenos, o aumento da especulação imobiliária e expulsão em longo prazo da população local.

Ao se pensar na estratégia de desenvolvimento do Distrito Criativo, outros pontos de críticas são destacados. O legado negativo dos megaeventos esportivos incide particularmente nos setores mais vulneráveis da sociedade. Estes grupos se veem afetados por remoções forçadas, por despejos, pela diminuição da disponibilidade de moradia social, pela redução da acessibilidade à moradia, pela própria carência de moradias, pelo isolamento em relação à comunidade e às redes sociais existentes, pela restrição às liberdades civis e pela criminalização de suas atividades. Contudo, a região é apresentada como se fosse anteriormente vazia – de pessoas, de identidade cultural, desconsiderando a sua enorme importância para a consolidação da cultura local (na região, localiza-se, por exemplo, a Pedra do Sal – área tombada e referência para a cultura negra, para as comunidades quilombolas, para o samba e choro). Então, assim como na estratégia do Porto Maravilha, o compromisso social e a contrapartida do Distrito Criativo à população ali residente são quase nulos. Acabam se resumindo a pequenas ações, como um projeto de qualificação profissional dos alunos de uma escola local, algo que não seria capaz de anular o imenso processo de gentrificação que ocorreria caso o Distrito obtivesse o sucesso atentado, evidenciando assim a falta de envolvimento da sociedade civil e a falta de transparência para com a sociedade.

É nítido também que as iniciativas culturais baseadas nas tradições locais recebem menos investimentos do que os equipamentos de maior porte como o MAR e o Museu do Amanhã, que ocupam papel importante no marketing urbano e na atração de visitantes e turistas para a região. Ademais, apesar da ênfase dos projetos na sustentabilidade, é possível observar o descarte irregular de lixo em áreas como o gramado no entorno do Museu do Amanhã e o lixo acumulado na Baía de Guanabara, perto do equipamento cultural, o que se afasta dos objetivos de desenvolvimento com base na economia criativa. Novamente, observa-se o baixo envolvimento das populações locais em face da lacuna de um processo educacional que não estimule a criatividade e a exploração de seu potencial econômico, mas também desperte a consciência de preservação da memória da região para reflexões e críticas sobre opções de desenvolvimento para o local e a importância da preservação ambiental para a melhoria da qualidade de vida das populações que habitam e visitam a Zona Portuária.

Atrelado ao ponto anterior, pode-se destacar também que falta interação entre academia, empresas e entre diversos grupos sociais que já haviam sido inseridos no local. No caso do Porto Digital a relação entre academia, empresas e grupos sociais que já estavam inseridos no Recife Antigo foi forte, mas essa interação ainda não foi relatada no caso do Distrito Criativo. Isso pode ser pelo fato de que no caso do Rio de Janeiro não existe uma estratégia propriamente dita como existe no caso do Porto Digital no Recife Antigo. No Rio acaba que o distrito é um apanhando de atividades, que foram listadas a cima, que existem ou começam a existir na região mas que ainda não dialogam da melhor forma possível.

Por tanto, com base no conceito dos arranjos produtivos, essas dificuldades poderiam ser sanadas ao promoverem políticas públicas que fomentem micro e pequenas empresas, explorando o potencial de desenvolvimento na localidade e levando em consideração a singularidade do local, formada por fatores culturais, institucionais, históricos, geográficos, políticos e sociais e estabelecendo vantagens competitivas que fortalecem as empresas.

Assim, para promover e dar apoio aos APLs, as iniciativas públicas podem promover inúmeras ações como: oferecer uma infraestrutura adequada; promover a formação de mão de obra qualificada; estimular atividades de pesquisa e desenvolvimento; oferecer subsídio e investir em iniciativas que busquem promover desenvolvimento de produtos e processos dos grupos locais.

Conclusão

Os arranjos produtivos podem ser fomentadores de redes de empresas, dinamizando o desenvolvimento regional sustentável com prioridade para inclusão social, redução da desigualdade social e promoção de emprego e renda. As políticas públicas direcionadas aos APLs deveriam aproveitar as possibilidades locais, explorando o potencial de desenvolvimento na localidade, levando em consideração a singularidade de cada local, formada por fatores culturais, institucionais, históricos, geográficos, políticos e sociais e estabelecendo vantagens competitivas que fortalecem as empresas.

Assim, para promover e dar apoio aos APLs, as iniciativas públicas podem promover inúmeras ações como: oferecer uma infraestrutura adequada; promover a formação de mão de obra qualificada; estimular atividades de pesquisa e desenvolvimento; oferecer subsídio e investir em iniciativas que busquem promover desenvolvimento de produtos e processos.

Para que isso aconteça é fundamental que tanto o público quanto o privado atuem em conjunto para que haja cooperação, aprendizado e inovação no setor de forma a levar ao desenvolvimento econômico local por meio de aumento de postos de emprego, elevação da renda dos agentes e do progresso tecnológico. Assim como, é preciso que haja apoio do governo, capital humano e capital social juntamente com as unidades de apoio, como universidades e centros de pesquisa para a permanência do sucesso.

Portanto, ao se comparar as duas iniciativas abordadas neste trabalho fica notório a diferença de estágios entre a iniciativa da cidade do Recife e a iniciativa da cidade do Rio de Janeiro.

No quadro baixo segue contraposição objetiva de como se caracteriza cada caso.

Figure 8 : Fatores críticos

Fatores críticos	Porto Digital, Recife	Distrito Criativo do Porto, Rio de Janeiro
Trajatória histórica de construção de identidades e de formação de vínculos territoriais	Teve a revitalização do bairro	Teve preservação do conjunto arquitetônico com preservação e valorização do patrimônio
Cooperação e colaboração, principalmente no que diz respeito	Tem ações que contribuem para a cooperação e colaboração	Tem ações que contribuem para a cooperação e colaboração

à inovação técnica e ao projeto do produto		
Conexão entre sistema social local e o sistema produtivo, que tendem a fundir-se no interior do distrito e são baseados na confiança; forte vínculo entre as esferas social, política e econômica	Tem um forte vínculo entre as esferas no interior do distrito alavancado, principalmente, pela universidade.	Não tem um vínculo forte entre as esferas sociais, política e econômica.
Capacitação e flexibilidade da mão de obra e das redes de produção	Tem um aparato jurídico que contribui para a flexibilização da mão de obra	Tem um aparato jurídico que contribui de alguma forma para a flexibilização da mão de obra, mas não foi suficiente
Local na sua relação com outras escalas geográfica; <i>pipelines</i>	Tem um aparato jurídico que contribui para a flexibilização das redes de produção	Tem um aparato jurídico que contribui de alguma forma para a flexibilização das redes de produção, mas não foi suficiente
Territorialização	Tem um aparato jurídico que contribui para a territorialização	Tem um aparato jurídico que contribui de alguma forma para a territorialização, mas não foi suficiente
Comunidades de prática, redes de relacionamento e geração de inovações; <i>know-how</i> , associações informais, interações e aprendizagem	Tem ações para fortalecer as associações, as interações e o aprendizado.	Tem ações para fortalecer as associações, as interações e o aprendizado, mas foram ações pontuais e desconexas.
Imbricação entre os agentes, mobilização a partir os atores que já estão instalados ali para estabelecer um plano mais colaborativo (governança)	Teve valorização do local através de iniciativas que proporcionaram um investimento na capacitação dos atores locais	Não teve valorização do local através de iniciativas que proporcionaram um investimento na capacitação dos atores locais

Fonte: Elaboração própria

É evidente a supervalorização imobiliária que ocorreu na zona portuária do Rio de Janeiro, o que dificultou a permanências dos moradores de classes mais pobres e que novas empresas se instalassem no local.

No caso do Porto Digital houveram muitos incentivos para que as pessoas se deslocassem para o bairro do Recife Antigo, por exemplo, foi construído um aparato jurídico de normas indutoras, com a concessão de benefícios fiscais do ISS e Lei de Incentivo à Ocupação do Solo, além de promover a geração de emprego e renda, desenvolvimento tecnológico e revitalização do patrimônio histórico. Esse incentivo promovido pelo aparato jurídico contribuiu para a flexibilidade da mão de obra e das redes de produção, assim como para a territorialização. Além do fato de que, no início, os preços imobiliários eram relativamente baixos, para que as empresas aceitassem enfrentar os elevados custos da recuperação dos prédios antigos, incentivando, assim, a preservação da memória da região.

No caso do Distrito Criativo, algumas medidas foram tomadas como perdão de dívidas isenção de IPTU por dez anos, isenção do ITBI e redução do ISS. Mas que não foram suficientes para manter e/ou atrair pessoas para o local muito por conta da valorização imobiliária que a região passou por causa dos megaeventos que foram sediados na cidade do Rio de Janeiro no mesmo período.

Contudo, ainda é possível reverter esse quadro. De acordo com o índice FIPEZAP⁴, nos últimos 36 meses, ou seja, de Fevereiro de 2015 até Fevereiro de 2018, houve uma desvalorização de 8,89 na venda dos imóveis na cidade do Rio de Janeiro e houve uma desvalorização ainda maior na locação de imóveis na cidade de 21,65 para o mesmo período. Portanto, com a desvalorização dos imóveis, pode-se atrair novos moradores e investidores para a região, caso os benefícios por estarem inseridos no arranjo produtivo local com ambiente colaborativo, networking e dinâmica específica sejam relevantes.

Pode-se dizer também que não houve valorização do local, enquanto em Recife houve um investimento na capacitação através de iniciativas como o Armazém da Criatividade, o Recife *Summer School*, o Programa de *Softlanding*, o Laboratório de testes de aplicativos e o L.O.U.C.O.

A literatura nos mostra que as características locais são necessárias para a formação de redes de relacionamento e geração de inovações, assim como as conexões informais e interações de maneira geral são fundamentais para a troca de conhecimento, além do fortalecimento do *know-how* e da aprendizagem. Esses são pontos que foram trabalhados na iniciativa do Porto Digital mas que no Distrito Criativo não passaram de ações pontuais e desconexas.

Contudo, nada impede que no futuro, as ações do Distrito Criativo não estejam conectadas de uma melhor forma, em uma estratégia mais robusta e que incentive as

⁴ O Índice FIPEZAP é o resultado de uma parceria formada em 2010 entre a Fipe e o portal ZAP. o Índice FipeZap de Preços de Imóveis Anunciados é o primeiro indicador a fazer um acompanhamento sistematizado da evolução dos preços do mercado imobiliário brasileiro. Utilizando uma base de dados confiável e robusta, tornou-se referência como fonte de informações sobre o setor, tanto para as famílias, como para agentes do mercado e analistas. Veja mais informações sobre maneira de cálculo em <<http://fipezap.zapimoveis.com.br/>>.

conexões entre as esferas envolvidas, através, por exemplo, de programas que envolvam a academia e as empresas já instaladas no distrito ou a academia e os espaços de aprendizagem (Espaço *YouTube* e o clube de leitura do Museu do Amanhã). Iniciativas já instauradas no Porto Digital como o Armazém da Criatividade e o Programa de *Softlanding* poderiam ser realizados no Distrito Criativo, visando ampliar também a troca de informação e o aprendizado.

Como já mencionado, o caso do Porto Digital apresenta uma relação entre academia, empresas e grupos sociais que já estavam inseridos no Recife Antigo muito mais consistente que a interação existente no caso do Distrito Criativo. Sendo assim, uma das coisas que se pode aprender com a experiência do Porto Digital é que é preciso que haja uma estratégia mais definida e não um apanhando de atividades que muitas vezes não se relacionam. Isso significa que é preciso que haja parcerias estratégicas, além de uma forte colaboração entre os agentes envolvidos e um vínculo bem estabelecido entre as esferas social, política e econômica.

Em suma, a comparação entre Porto Digital e Distrito Criativo à luz de APLs mostra que a primeira iniciativa se revela um caso de sucesso enquanto a segunda ainda apresenta muitos pontos a melhorar. O Distrito Criativo pode tornar-se uma iniciativa de sucesso se colocar em prática ações que levem o arranjo a trilhar caminhos parecidos ao que o Porto Digital traçou como abordado ao longo do trabalho.

Referências

ALBUQUERQUE, I.; LACERDA, N. *Normas indutoras e interesse público: o Porto Digital (Bairro do Recife) e a captura da coisa pública*. Desenvolvimento, crise e resistência: quais os caminhos do planejamento urbano e regional? XVII ENANPUR, São Paulo, 2017.

AMIN, A. *Una Perspectiva Institucionalista sobre el Desarrollo Económico Regional* In: Cadernos IPPUR/UFRJ/Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. – ano 2, n.2 (ago./dez. 2000) –Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2000

BATHELT H, MALMBERG A, MASKELL P. *Clusters and knowledge: local buzz, global pipelines and the process of knowledge creation*. Progress in Human Geography, 2004,p. 31-56.

BENKO, Georges. *Economia, Espaço e Globalização*. São Paulo, Hucitec, 1995.

BERBEL, A. O processo de internacionalização de um cluster de empresas de software: o caso do Porto Digital/ Alvaro Cesário Alvim Berbel. Rio de Janeiro, 2008.

BOECKEL, Cristina. *Distrito Criativo do Porto é criado para buscar negócios após Rio 2016*. 12 ago. 2015. G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/olimpiadas/rio2016/noticia/2015/08/distrito-criativo-do-porto-e-criado-para-buscar-negocios-aposrio-2016.html>>. Acesso em 17 de março de 2018

BOECKEL, Cristina. *YouTube abre espaço para gravação e profissionalização de youtubers no Rio*. 07 ago. 2017. G1. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/youtube-abre-espaco-para-gravacao-e-profissionalizacao-de-youtubers-no-rio.ghtml>>. Acesso em 17 de março de 2018

CALHEIROS, G. *Estudo da Dinâmica dos processos de prospecção e inovação no ambiente das empresas de base tecnológica: caso Porto Digital*. Recife: 2009

CÂNDIDO, B.; COSTA, V.; FARIAS, C. *Inovação e competitividade sistêmica: influências percebidas no APL de Tecnologia da Informação e Comunicação de Recife – Porto Digital*. Vitória, 2010.

CASAROTTO FILHO, N. Instrumentos de integração e governança em aglomerações competitivas. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, 2003.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. *Glóssario de arranjos e sistemas produtivos locais*. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2004.

CASTRO, L. H. de. *Arranjo produtivo local*. Brasília: Sebrae, 2009.

CASTELLS, M. *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CDURP. *Relatório Trimestral de Atividades da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região Portuária do Rio de Janeiro*. 2010. Disponível em: <http://portomaravilha.com.br/conteudo/relatorios/2010/Relatorio%20jan-mar2010.pdf>.> Acesso em 18 de fevereiro de 2018

CDURP. *Relatório trimestral de atividades*. 2017. Disponível em: <http://portomaravilha.com.br/conteudo/relatorios/2017/RELATORIOOUTNOVDEZ2017.pdf>> Acesso em 18 de fevereiro de 2018

COHEN, W.M. and LEVINTHAL, D.A. *Absorptive capacity: a new perspective on learning and innovation*. *Administrative Science Quarterly*, 1990, 35, p-128–52.

COMA, Mauro C. *Del sueño olímpico al proyecto Porto Maravilha: el 'eventismo' como catalizador de la regeneración a través de grandes proyectos urbanos*. *Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana*. v.3, n.2, p. 211-227. Julho/dezembro. 2011. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/index.php/URBE?dd1=5727&dd99=view> Acesso em 19 de fevereiro de 2018.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO PORTO DO RIO DE JANEIRO. CDURP. Apresentação da Operação Urbana. Porto Maravilha website, 2016.

Disponível em: <<http://www.portomaravilha.com.br/portomaravilha>>. Acesso em 4 de dezembro de 2017

DAY, G. S. e REIBSTEIN, D. J. *A Dinâmica da Estratégia Competitiva*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

E.; MACIEL, M. L. (Org.). *Pequenas empresas: cooperação e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. p. 21-34.

FINEP. *Juro Zero*. 2017. Disponível em: <<http://www.finep.gov.br/apoio-e-financiamento-externa/historico-de-programa/juro-zero>>. Acesso em 12 de dezembro de 2017

FIPEZAP. *Variação do índice fipezap*. 2018. Disponível em: <<http://fipezap.zapimoveis.com.br>>. Acesso em 25 de março de 2018.

FIX, M. *Fórmula mágica” da parceria público-privada: Operações Urbanas em São Paulo*, 2000.

GATIS, GUILHERME. *Porto Digital : Excelência em gestão compartilhada do patrimônio cultural*. 2017. Disponível em: <<http://www.portodigital.org/119/37792-porto-digital-excelencia-em-gestao-compartilhada-do-patrimonio-cultural>>. Acesso em 10 de dezembro de 2017

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. *Porto Digital é eleito o melhor parque tecnológico do Brasil*. 2015. Disponível em: <<http://www.secti.pe.gov.br/porto-digital-e-eleito-o-melhor-parque-tecnologico-do-brasil/>>. Acesso em 10 de dezembro de 2017

HAMEL, G. e PRAHALAD, C.K. *Competindo pelo futuro*. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

JESUS, D. *Mar Próximo, Cidade Distante: economia criativa e regeneração urbana em Lisboa e Rio de Janeiro*. Revista Grifos, n° 43, 2017

LACERDA, Norma.; FERNANDES, Ana Cristina. *Parque tecnológico: entre a inovação e a renda imobiliária no contexto da metrópole recifense (Brasil)*. Cadernos Metrópole, Vol. 17, (n° 34), 329-354, 2015.

Lei 17.762/2011, de 28 de novembro de 2011. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pe/r/recife/lei-ordinaria/2011/1777/17762/lei-ordinaria-n-17762-2011-introduz-alteracoes-nas-leis-municipais-n-17244-2006-e-n-17237-2006-2011-12-28-versao-original>> Acesso em 12 de dezembro de 2017

LOPES, Brenner; AMARAL, Jefferson Ney. *Políticas Públicas: conceitos e práticas*. Belo Horizonte: Sebrae MG, 2008.

KAPRON, S. *Arranjos Produtivos Locais: Um política pública de desenvolvimento – RS 2011-2014*. IPEA. Boletim regional, urbano e ambiental, N°10, jul. - dez., 2014

KUBOTA, L.; MILANE, D. *Relatório Setorial: Indústria de Tecnologia da Informação e Comunicação*. Projeto: Determinantes da acumulação de conhecimento para inovação tecnológica nos setores industriais no Brasil. Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, Belo Horizonte, 2009.

MAILLAT, D. *From the industrial district to the innovative milieu: Contribution to an analysis of territorialised productive organization*. IRER, University of Neuchatel.

MAILLAT, D.; QUÉVIT, M.; SENN, L. (Eds.). *Réseaux d'innovation et milieux innovateurs: un pari pour le développement régional*. Neuchâtel, GREMI/EDES, 1993

MÈRCHER, Leonardo. *Museu de Arte do Rio e Museu do Amanhã: duas ferramentas à paradiplomacia cultural do Rio de Janeiro*. In: MONTEIRO, Rosana Horio; ROCHA, Cleomar de Souza (Org.). *Anais do VI Seminário Nacional de Pesquisa em Arte e Cultura Visual*. Goiânia: UFG, FAV, 2013. p. 101-111.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Plano da Secretária da Economia Criativa : Políticas, diretrizes e ações 2011 a 2014*, Brasília, Ministério da Cultura, 2011. Disponível em: http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2012/08/livro_web2educacao.pdf Acessado em 20 de Abril de 2018.

MUSEU DO AMANHÃ . *AYA e seu mundo de inteligências artificiais criativas*. 2017. Disponível em: <<https://museudoamanha.org.br/pt-br/aya-e-seu-mundo-de-inteligencias-artificiais-criativas>> Acesso em 14 de janeiro de 2018

PAIVA JÚNIOR, F. G.; SALVIANO, K. M. T.; COSTA, ?. C. A.; BARBOSA, A. M. S. *O Meio Empreendedor Promovendo Inovação: A Geração de Capital Social no Porto Digital*. *Desenvolvimento em Questão*, v. 14, n. 37, p. 37-63, 2016.

PAIVA JÚNIOR, F. G. et al. *Empreendedor inovando o bem simbólico na rede de negócios: produção & consumo de software no Porto Digital*. *Exacta – EP*, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 293-301, 2014.

PORTO DIGITAL. *Apresentação Institucional Porto Digital*. 2011. Disponível em: <<http://investimentos.mdic.gov.br/public/arquivo/arq1348852080.pdf>> Acesso em 12 de dezembro de 2017

_____. *Benefícios*. 2015. Disponível em: <<http://www.portodigital.org/diferenciais/infraestrutura/beneficios>> Acesso em 12 de dezembro de 2017

_____. *Méritos e reconhecimento*. 2016. Disponível em: <<http://www.portodigital.org/parque/historia/meritos-e-reconhecimento>> Acesso em 10 de dezembro de 2017

_____. *Perspectivas para os Setores de TIC e Economia Criativa com a Expansão do Porto Digital para Santo Amaro*. Apresentação Porto Desembarque. Recife: Porto Digital, 2012.

_____. *Perfil Geral do Porto Digital*. Recife: Porto Digital, 2010.

_____. *Projeto de Pesquisa para mapear o perfil da oferta e demanda de qualificação profissional em tecnologia da informação em Recife*. 2015 Disponível em : <[http://portodigital.org/arqSite/Apresentacao Porto Digital Empresas 2015 vAjustada](http://portodigital.org/arqSite/Apresentacao_Porto_Digital_Empresas_2015_vAjustada)>

[pdf](#) > Acesso em 10 de dezembro de 2017

RECIFE. *Lei nº 16.731, 27 de dezembro de 2001*. Autoriza o Poder Executivo a dar apoio financeiro, a fundo perdido, a empresas produtoras de tecnologias da informação e serviços associados, âmbito do projeto do Plano de Revitalização da Zona Especial do Patrimônio Histórico Cultural 09 - Sítio Histórico do Bairro do Recife. Disponível em: <<http://www.legiscidade.recife.pe.gov.br/lei/16731/>>. Acesso em 25 de março de 2018.

RIOETC. *Muito prazer, Distrito Criativo do Porto*. RioETC website, 7 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.rioetc.com.br/muito-prazer/muito-prazer-distrito-criativo-do-porto/>>. Acesso em 4 de dezembro de 2017

TIGRE, P. *Perspectiva do Investimento em tecnologias de informação*. Projeto PIB, Rio de Janeiro, Sistema Produtivo 09, 2009.

TOLEDO, MARIANA. *Participações de instituições locais em projetos de revitalização urbana: O caso do projeto porto maravilha na cidade do Rio de Janeiro*. 2012. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9843/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Mariana%20Toledo.%20final.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acessado em 14 de Jan de 2018

TOP 5 RIO. *Distrito Criativo do Porto: Região portuária é celeiro da economia criativa do Rio com iniciativas de vanguarda*. 2016. Disponível em: <<http://top5rio.com.br/roteiros/distrito-criativo-do-porto>> Acesso em 27 de dezembro de 2017

SCHWARTZMAN, J. (org.) Economia Regional: textos escolhidos. Belo Horizonte, Cedeplar – MINTER, 1977

SCOTT, A.; STORPER, M. *Indústria de alta tecnologia e desenvolvimento regional: uma crítica e reconstrução teórica*. Espaço e Debates, São Paulo, vol.25, ano VIII, 1988.

SELDIN, C. *A “cidade criativa” como um novo paradigma nas políticas urbano-culturais*. VII Seminário Internacional Políticas Culturais Fundação Casa de Rui Barbosa. Maio, 2016.

SIMONETTI, E.; KAMIMURA, Q. As Políticas Públicas direcionadas ao desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais. In: OLIVEIRA, C.; COSTA, J.; FIGUEIREDO, G.; MORAES, A.; CARNEIRO, R.; SILVA, I. (Org.) *Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IPEA, 2017.

SITE INSTITUCIONAL DO MUSEU DO AMANHÃ. 2018. Disponível em: <<http://www.museudoamanha.org.br>> Acesso em 14 de janeiro de 2018

SITE INSTITUCIONAL DO ARMAZÉM DA UTOPIA. 2018. Disponível em: <<http://www.armazemdautopia.com.br/>> Acesso em 14 de janeiro de 2018

STORPER, M. *Territories, Flows, and Hierarchies in the Global Economy*. In: BARNES et al. *Reading Economic Geography* Oxford, Blackwell, 2004

WANIS, A. *A economia criativa e o urbanismo culturalizado: as políticas culturais como recurso*. Lugar comum- Estudos de Mídia, cultura e democracia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Laboratório Território e Comunicação – LABTeC/ESS/UFRJ- Rio de Janeiro: UFRJ, n°43 - maio-ago. 2014, pp. 117- 128.